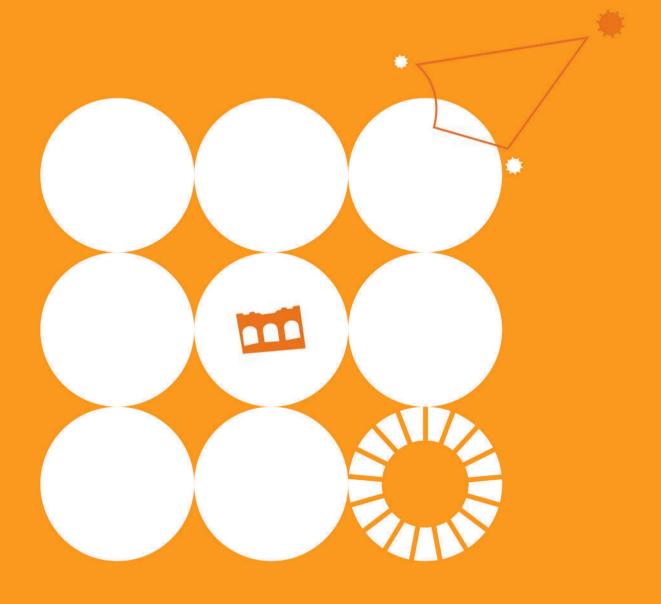


Maceió/AL Março de 2024



Índice de Prosperidade das Cidades de Alagoas



ONU-Habitat

A Organização das Nações Unidas propõe, desde os anos 2000, agendas globais com objetivos e metas mensuráveis para promover a prosperidade enquanto protegemos o nosso planeta. Desde 2015, esse trabalho tem sido realizado a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). estabelecidos na Agenda 2030, um plano de ação global criado para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e promover vida digna a todos e todas, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

Posteriormente, em 2016, a Conferência das Nacões Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) estabeleceu a Nova Agenda Urbana (NAU), documento que serve de orientação para ações que visam padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável. repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades.

Ela representa uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acessos iguais aos benefícios e oportunidades. Considerando a relevância do protagonismo dos estados e municípios para o cumprimento de ambas as agendas, o Programa das Nacões Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), agência da ONU que atua há mais de 20 anos em prol do desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável, trabalha diretamente com esses atores para aproximá-los dessas temáticas.

Foi com esse intuito que, em 2017, firmamos um acordo com o Governo do Estado de Alagoas, que resultou no Visão Alagoas 2030. Com mais este projeto, esperamos colaborar para o desenvolvimento de uma visão de futuro para Alagoas, que amplie as possibilidades para as suas mais diversas comunidades, sem deixar ninguém e nenhum território para trás.

No âmbito desse projeto, são apresentados a seguir, os resultados, desafios e recomendações da implementação da metodologia do Índice de Prosperidade das Cidades para os 102 municípios do estado de Alagoas.

Acompanhe o ONU-Habitat nas redes sociais!













Paulo DantasGovernador de Alagoas

Observar, planejar e trabalhar para construir uma sociedade mais justa é a principal diretriz de todos que fazem o Governo de Alagoas. Cientes de uma história secular de pobreza, o Estado, a iniciativa privada e a sociedade em geral têm um compromisso de reverter quadros de desigualdade social. Um compromisso que surge de dois tipos de observação: a do dia a dia, do contato, das nossas caminhadas por todos os 102 municípios, mas também um compromisso alicerçado na análise de dados e no trabalho de competentes profissionais que estão envolvidos na construção de políticas públicas que tornem nosso estado menos desigual.

Ninguém é capaz de fazer uma transformação deste porte sozinho, sem escutar, sem estudar, sem parcerias como esta que temos com o ONU-Habitat. Um trabalho que é referência para o mundo, mas, antes de tudo, é referência para milhares de alagoanos que já tiveram suas vidas melhoradas por este olhar, por este planejamento, por este trabalho para garantir uma vida com acesso aos serviços públicos.

Porém, é importante frisar que o nosso compromisso não é com o que já foi feito. Nosso compromisso está apontado para a mudança da realidade que ainda não pôde ser transformada, mas que será e que é para já. A partir da observação e análise dos dados desta realidade, nós, servidores e gestores públicos, vamos garantir uma série de políticas para dar autonomia a jovens e adultos, proteção às mulheres e crianças, segurança aos pais e mães de família, oportunidades aos micro, pequenos e médios empreendedores.

A construção dessas políticas perpassa, primordialmente, por produtos deste tipo, que não só balizam a tomada de decisões, como contribuem para a manutenção e o aprimoramento das práticas que permeiam a gestão pública.

Observando, planejando, trabalhando muito, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, nós vamos mudar a vida de milhares de alagoanos e cumprir a missão que o povo nos confiou.

Acompanhe o Governo de Alagoas:



ALAGOAS.AL.GOV.BR



@GOVERNODEALAGOAS





Visão Alagoas 2030

O **Visão Alagoas 2030** é um projeto de cooperação técnica entre o ONU-Habitat e o Governo de Alagoas. Iniciado em 2017, o seu principal objetivo é fortalecer a prosperidade urbana sustentável e inclusiva de Alagoas, por meio da produção de dados e informações e da elaboração de estratégias de ação para qualificar as políticas públicas, planos e ações estaduais.

O Projeto estrutura-se em três eixos de implementação:

- 1. Dados e informações
- Construção de indicadores, mapeamentos e diagnósticos
- 2. Estratégias e soluções
- Elaboração de planos, diretrizes e recomendações
- 3. Capacidades e oportunidades
- Realização de capacitações, intercâmbios e projeção internacional e nacional



Escaneie ou clique para saber mais!

Este produto pertence ao Eixo 1

Dados e Informações

Ficha técnica

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS PROGRAMA DAS NACÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-Habitat)

Paulo Suruagy do Amaral Dantas (2022 - atual) José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (2015 - 2022)

Governador do Estado

Elkin Velasquez

Representante Regional para a América Latina e o Caribe

Ronaldo Augusto Lessa Santos (2023 - atual) José Wanderley Neto (majo a dezembro - 2022) José Luciano Barbosa da Silva (2015 - 2020)

Vice-governador

Ravne Ferretti Moraes

Oficial Nacional para o Brasil

Renata dos Santos (2023-atual) George André Palermo Santoro (2015-2023) Ana Elisa Larrarte | Camilla Almeida | Daphne Besen Supervisoras de Programas

Gabriel Vaz de Melo | Giselle Mansur Batista | Pedro

Secretária/o de Estado da Fazenda

Fábio Donato | Julia Caminha | Laura Collazos | Tiago Margues

Analistas de Programas

Paula Cintra Dantas (2024 - atual) Gabriel Albino Ponciano Nepomuceno (2023-2024)

Renata dos Santos (2022 - 2023) Fabrício Marques Santos (2018 - 2022)

Analistas de Dados

Secretário/a de Estado do Planeiamento, Gestão e Patrimônio

Aléxia Saraiva

Robson José Alves Brandão Coordenadora de Comunicação

Araúio Patrício | Vivian Silva

Superintendente de Produção da Informação e Conhecimento

Juliana Carla da Silva Santos Designer Gráfica

Assessoria Especial de Cenários

Camila Noqueira

Assessoria Especial de Informações

Claudia Bastos de Mello | Jessica Blanco

Klebson da Silva Gerentes Financeiras

Roberson Leite Silva Júnior Analistas de Operações

Adriana Carneiro | Carolina Oliveira | Vanessa Santos

Gerência de Indicadores e Cenários

Lionaldo dos Santos





Ficha técnica

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO ELABORAÇÃO DO PRODUTO

Alex Rosa Harlan Silva | Júlio Santos | Angélica Carnelosso

Coordenador de Programas Supervisão e redação do produto

Angélica Carnelosso | Paula Zacarias Andrea Pulici

Analistas de Programas Redação do produto

Harlan da Silva Angélica Carnelosso | Gabriel Vaz de Melo | Julia Caminha

Analista de Dados Revisão do produte

Júlio dos Santos Alex Rosa | Paula Zacarias

Assistente de Dados — Revisão fina

Minne Santos Sávio Silva

Assistente de Comunicação - Diagramaçã

Sávio Silva

Designer Gráfico Júnio









CVLI Crimes Violentos Letais e Intencionais

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPC Índice de Prosperidade das Cidades

MRT Mercados Regionais de Terra

NAU Nova Agenda Urbana

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU-Habitat Programa da Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PIB Produto Interno Bruto

PNADCT Pesquisa Nacional por Amostra de Domícilios Contínua trimestral

RMM Região Metropolitana de Maceió Secria Secretaria da Primeira Infância

Secti Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

TIC Tecnologia da Informação e Comunicação

VAB Valor Adicionado Bruto



Gráfico 1 - Média de desempenho das dimensões do IPC		24
Gráfico 2 - Média de desempenho das subdimensões de Produtividade		27
Gráfico 3 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Poder Econômico		29
Gráfico 4 - Média de pontuações dos municípios segundo o porte populacional no indicador Produto Munic	ipal per Capita	29
Gráfico 5 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do inc	licador Taxa de Dependência da Terceira Idade	31
Gráfico 6 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Aglomeração Econômica		33
Gráfico 7 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do inc	licador Taxa de Desocupação	35
Gráfico 8 - Média de pontuações dos municípios no indicador Taxa de Desocupação, segundo o porte popu	lacional dos munícipios de Alagoas	35
Gráfico 9 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho da dir	nensão Infraestrutura para o Desenvolvimento	38
Gráfico 10 - Média de desempenho das subdimensões da Infraestrutura para o Desenvolvimento		38
Gráfico 11 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Habitação		40
Gráfico 12 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do ir	dicador Habitação Durável	40
Gráfico 13 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do ir	dicador Acesso à Água Tratada	41
Gráfico 14 - Média de pontuações do indicador de Habitação Durável, segundo o porte populacional dos mo	unicípios de Alagoas	41
Gráfico 15 - Média de pontuações do indicador Acesso à Água Tratada segundo o porte populacional dos r	nunicípios de Alagoas	41
Gráfico 16 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do ir	dicador Densidade Médica	43
Gráfico 17 - Média de pontuações do indicador Densidade Médica segundo o porte populacional dos munic	cípios de Alagoas	43
Gráfico 18 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Tecnologias de Informação e Comunicação	áo	45
Gráfico 19 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do ir	dicador Velocidade Média da Banda Larga de Internet	46
Gráfico 20 - Média das pontuações do indicador Velocidade Média da Banda Larga de Internet segundo o p	orte populacional dos municípios de Alagoas	46
Gráfico 21 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Mobilidade Urbana		48
Gráfico 22 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do ir	dicador Mortalidade por Acidentes de Trânsito	49
Gráfico 23 - Média das pontuações do indicador Mortalidade por Acidentes de Trânsito segundo o porte po	pulacional dos municípios de Alagoas	49
Gráfico 24 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Forma Urbana		51



Gráfico 25 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo o desempenho do indicador Superfície Destinada à Rede Viária	52
Gráfico 26 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo o desempenho do indicador Densidade Viária	52
Gráfico 27 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo o desempenho do indicador Densidade de Interseções Viárias	52
Gráfico 28 - Média de desempenho dos indicadores da dimensão Qualidade de Vida	55
Gráfico 29- Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Taxa de mortalidade de mer	nores de 5 anos 57
Gráfico 30 - Média das pontuações do indicador Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos, segundo o porte populacional dos municípios de A	Alagoas 58
Gráfico 31 - Média das pontuações do indicador Esperança de Vida ao Nascer, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	58
Gráfico 32 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Educação	60
Gráfico 33 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Taxa de Alfabetização	61
Gráfico 34 - Média de pontuações do indicador Taxa de Alfabetização, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	61
Gráfico 35 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Segurança Pública	63
Gráfico 36 - Média de pontuações do indicador Taxa de Homicídio segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	63
Gráfico 37 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Acesso a Espaços Públicos	S Abertos 65
Gráfico 38 - Média de pontuações do indicador Acesso a Espaços Públicos Abertos, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	65
Gráfico 39 - Média de desempenho das regiões na dimensão de Equidade e Inclusão Social	68
Gráfico 40 - Média de desempenho dos indicadores da dimensão Equidade e Inclusão Social	68
Gráfico 41 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Equidade Econômica	
Gráfico 42 - Média de pontuações do indicador Taxa de Extrema Pobreza, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	
Gráfico 43 - Média de pontuações do indicador Índice de Gini, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	
Gráfico 44 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Inclusão Social	
Gráfico 45 – Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Taxa de Desocupação de	Jovens 73
Gráfico 46 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Igualdade de Gênero na Edi	ucação Secundária 75
Gráfico 47 - Média de pontuações do indicador Igualdade de Gênero na Educação Secundária, segundo o porte populacional dos municípios de	e Alagoas
Gráfico 48 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho da dimensão Sustentabilidade Ambienta	al 78



Gráfico 49 - Média de desempenho dos indicadores da subdimensão Sustentabilidade Ambiental		
Gráfico 50 - Média de pontuações da dimensão Sustentabilidade Ambiental, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	79	
Gráfico 51 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, na subdimensão Qualidade do Ar	81	
Gráfico 52 - Média de pontuações do indicador Emissões de CO² per capita, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	81	
Gráfico 53 - Média de pontuações do indicador Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	84	
Gráfico 54 - Média de pontuações do indicador Tratamento de Esgoto, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	84	
Gráfico 55 - Média de pontuações dos municípios, por região, no indicador Tratamento de Esgoto	84	
Gráfico 56 - Média de desempenho dos indicadores da dimensão Governança e Legislação	88	
Gráfico 57 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho da dimensão Governança e Legislação	88	
Gráfico 58 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Participação	90	
Gráfico 59 - Média de pontuações da subdimensão Participação, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas	90	
Gráfico 60 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Acesso à Informação Pública	91	
Gráfico 61- Média de desempenho por região na subdimensão Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais	93	
Gráfico 62 - Média de pontuações do indicador Eficiência das Despesas Locais, segundo porte populacional dos municípios de Alagoas	94	
Gráfico 63 - Média de pontuações do indicador Geração de Receita Própria, segundo porte populacional dos municípios de Alagoas	94	
Gráfico 64 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Geração de Receita Própria	94	

ista mabas

Mapa 1 - Regionalização de Alagoas adotada no IPC.	22
Mapa 2 - Índice de Prosperidade das Cidades de Alagoas	23
Mapa 3 - Resultado da dimensão Produtividade segundo os municípios de Alagoas	28
Mapa 4 - Pontuações da subdimensão Poder Econômico segundo os municípios de Alagoas	30
Mapa 5 - Pontuações da subdimensão Carga Econômica segundo os municípios de Alagoas	32
Mapa 6 - Pontuações da subdimensão Aglomeração Econômica segundo os municípios de Alagoas	34
Mapa 7 - Pontuações da subdimensão Emprego segundo os municípios de Alagoas	36
Mapa 8 - Resultado da dimensão Infraestrutura para o Desenvolvimento segundo os municípios de Alagoas	39
Mapa 9 - Pontuações da subdimensão Habitação segundo os municípios de Alagoas	42
Mapa 10 - Pontuações da subdimensão Infraestrutura social segundo os municípios de Alagoas	44
Mapa 11 - Pontuações da subdimensão Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) segundo os municípios de Alagoas	47
Mapa 12 - Pontuações da subdimensão Mobilidade Urbana segundo os municípios de Alagoas	50
Mapa 13 - Pontuações da subdimensão Forma Urbana segundo os municípios de Alagoas	53
Mapa 14 - Resultado da dimensão Qualidade de Vida segundo os municípios de Alagoas	56
Mapa 15 - Pontuações da subdimensão Saúde segundo os municípios de Alagoas	59
Mapa 16 - Pontuações da subdimensão Educação segundo os municípios de Alagoas	62
Mapa 17 - Pontuações da subdimensão Segurança Pública segundo os municípios de Alagoas	64
Mapa 18 - Pontuações da subdimensão Espaços Públicos segundo os municípios de Alagoas	66
Mapa 19 - Resultado da dimensão Equidade e Inclusão Social segundo os municípios de Alagoas	69
Mapa 20 - Pontuações da subdimensão Equidade Econômica segundo os municípios de Alagoas	72
Mapa 21 - Pontuações da subdimensão Inclusão Social segundo os municípios de Alagoas	74
Mapa 22 - Pontuações da subdimensão Inclusão de Gênero segundo os municípios de Alagoas	76
Mapa 23 - Resultado da dimensão Sustentabilidade Ambiental segundo os municípios de Alagoas	80
Mapa 24 - Pontuações da subdimensão Qualidade do Ar segundo os municípios de Alagoas	82
Mapa 25 - Pontuações da subdimensão Gestão de Resíduos Sólidos segundo os municípios de Alagoas	85
Mapa 26 - Resultado da dimensão Governança e Legislação segundo os municípios de Alagoa	89
Mapa 27 - Pontuações da subdimensão Participação segundo os municípios de Alagoas	92
Mapa 28 - Pontuações da subdimensão Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais segundo os municípios de Alagoas	95



Tabela 1 - Pontuação, categorias de desempenho e estratégias de intervenção do IPC			
ela 2 - Resultados das dimensões e subdimensões do IPC por estratégia de intervenção			
Quadro 1 - Estrutura das Dimensões, Subdimensões e Indicadores do IPC	19		
Quadro 2 - Recomendações gerais segundo as dimensões do IPC	104		

Sumário

- Apresentação
- Introdução
- Metodologia
- Resultados
- Dimensão: Produtividade
- 38 Dimensão: Infraestrutura para o Desenvolvimento
- Dimensão: Qualidade de Vida
- 59 Dimensão: Equidade e Inclusão Social
- Dimensão: Sustentabilidade Ambiental
- Dimensão: Governança e Legislação
- Principais descobertas
- Recomendações finais
- Referências bibliográficas



Este Relatório apresenta os resultados, descobertas e recomendações gerais do **Índice de Prosperidade das Cidades (IPC)** calculado para os 102 municípios do estado de Alagoas. O IPC possibilita a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas mais assertivas com uso de informações qualificadas e territorializadas, além da transparência sobre o impacto das ações do poder público na vida da população.

O documento é estruturado em seções que permitem a análise a nível municipal, regionalizado e por porte populacional, sendo seccionado da seguinte forma:

- Metodologia do IPC, incluindo o detalhamento do cálculo das dimensões
- Resultados das seis dimensões e suas subdimensões
- Principais descobertas
- Recomendações finais

Capítulo 1 INTRODUÇÃO

O futuro da sociedade é urbano. Segundo projeções das Nações Unidas, até dois terços da humanidade estará urbanizada até 2050 (ONU, 2022).

Por esta razão, um dos desafios atuais é promover a melhoria nos padrões de vida urbana da população, sobretudo, enfrentando a escassez dos recursos naturais, das consequências das mudanças climáticas e da pobreza. Essas tendências globais também se repetem no Brasil e nas suas cinco regiões.

O estado de Alagoas é o quarto maior do país em densidade demográfica (IBGE, 2022), enquanto a sua área urbanizada corresponde a 2,11% do seu território. O PIB per capita do estado é o oitavo menor entre as unidades da federação (IBGE, 2020) e ainda figura como o penúltimo estado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com 0,684 (PNUD, 2021).

Diante desse contexto, o **Índice de Prosperidade das Cidades** (IPC) calculado para todos os 102 municípios de Alagoas apresenta-se como uma ferramenta metodológica inovadora para evidenciar os desafios urbanos do estado, em continuidade aos estudos realizados em 2019, quando foi calculado apenas para a capital Maceió.

O IPC serve também para orientar, de forma conjunta e localizada, políticas públicas, atividades privadas e da sociedade civil, que promovam transformações significativas nos territórios mais vulnerabilizados, tanto em nível municipal quanto por diferentes escalas de regionalização do estado.





Capítulo 2

Metodologia

2.1 Índice de Prosperidade das Cidades

A prosperidade urbana enquanto conceito desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) transcende o entendimento da prosperidade econômica como único aspecto da prosperidade das cidades. As cidades prósperas são entendidas como lugares onde as pessoas alcançam suas metas, aspirações e outros aspectos intangíveis que incrementam as expectativas de bem-estar individual e coletivo (ONU-Habitat, 2012).

Conceituada a partir de uma perspectiva integrada sobre o bem-estar e a sustentabilidade, a iniciativa de prosperidade das cidades implementada globalmente pelo ONU-Habitat possui uma métrica simples e intuitiva, embasada em uma metodologia tecnicamente robusta, capaz de comparar e medir o progresso atual e futuro das cidades no que diz respeito a prosperidade. O IPC é composto por seis dimensões que abarcam o conceito de prosperidade urbana:

- 1 Produtividade
- 2. Infraestrutura para o Desenvolvimento
- 3. Qualidade de Vida
- 4. Equidade e Inclusão Social
- 5. Sustentabilidade Ambiental
- 6. Governança e Legislação

A metodologia é desenhada para avaliar o grau de solidez ou debilidade de cada uma de suas dimensões, de forma que os valores resultantes podem ser apresentados em gráficos e tabelas que classificam seu desempenho em uma escala qualitativa que varia entre muito sólido e muito fraco. Assim, é possível identificar objetivamente quais aspectos devem ser prioritários nas intervenções públicas a fim de consolidar, fortalecer e priorizar políticas urbanas na escala das cidades (Tabela 1).

Tabela 1 - Pontuação, categorias de desempenho e estratégias de intervenção do IPC

Pontuação	Categorias de desempenho	Estratégias de intervenção
80-100	Muito sólida	Consolidar políticas urbanas
70-79	Sólida	(C)
60-69	Moderadamente sólida	Fortalecer políticas urbanas
50-59	Moderadamente fraca	(F)
40-49	Fraca	Priorizar políticas urbanas
0-39	Muito fraca	urbanas (P)

Outro diferencial da metodologia está na utilização de **indicadores tabulares e espaciais** (Quadro 1). Os **tabulares** constituem a maior parte dos indicadores necessários para o índice, podendo ser obtidos em bases de dados públicas ou abertas, ou indicadores secundários.

Os **espaciais** são obtidos de bases de dados geográficos, sejam elas governamentais, privadas ou colaborativas, como o acervo de dados geoespaciais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Portal Alagoas em Dados e Informações ou *OpenStreetMap*.

Contudo, uma vez que a metodologia é desenhada para uma aplicação global, por vezes, é necessário adaptar ou até mesmo substituir determinado indicador ou utilizar *proxies* que aproximem o cálculo ao fenômeno que a metodologia pretende aferir, respeitando o objetivo de representar a respectiva realidade urbana.

No caso do IPC Alagoas, para alcançar os 33 indicadores que compõem o cálculo do índice para todos os municípios foi necessário substituir os seguintes indicadores, conforme consta na sua Nota Metodológica:

- "Número de estações de monitoramento do ar" por "Emissões de CO² per capita";
- "Acesso à internet" por "Velocidade média da banda larga de internet"; e
- "Uso de transporte coletivo" por "Mortalidade por acidentes de trânsito".

Quadro 1 - Estrutura das Dimensões, Subdimensões e Indicadores do IPC

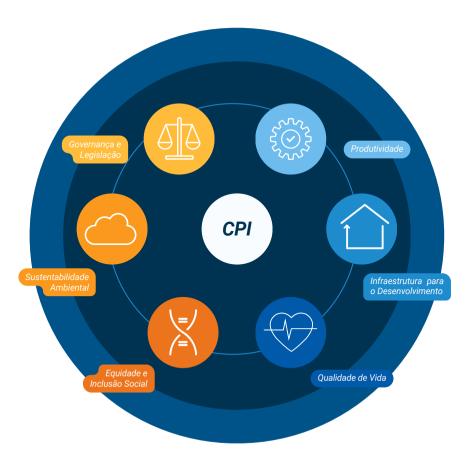
Dimensões	Subdimensões	Indicadores			
	Poder Econômico	Produto Municipal per capita			
	Carga Econômica	Taxa de Dependência da Terceira Idade			
Produtividade	Aglomeração Econômica	Densidade Econômica			
	Emprego	Taxa de Desocupação			
		Habitação Durável			
	Habitação	Acesso à Água Tratada			
	Infraestrutura Social	Densidade Médica			
Infraestrutura para o	Tecnologias da Informação e Comunicação	Velocidade Média da Banda Larga de Internet			
Desenvolvimento	Mobilidade Urbana	Tempo Médio de viagem			
	Mobilidade Orbana	Mortalidade por Acidentes de Trânsito			
		Densidade Viária			
	Forma Urbana	Superfície Destinada à Rede Viária			
		Densidade de Interseções viárias			
	Saúde	Esperança de vida ao nascer			
	Sauue	Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos			
	Educac≅ c	Taxa de Alfabetização			
Qualidade de Vida	Educação	Escolaridade Média			
	Segurança Pública	Taxa de homicídio			
	Espaços Públicos	Acesso a Espaços Públicos Abertos			

(Continua)

Dimensões	Subdimensões	Indicadores				
	Equidade Econômica	Índice de Gini				
	Equidade Economica	Taxa de Extrema Pobreza				
Equidade e Inclusão Social	Inclusão Social	População em Domicílios Precários				
	morasao social	Taxa de Desocupação entre Jovens				
	Inclusão de Gênero	Igualdade de Gênero na Educação Secundária				
	Qualidade do Ar	Emissões de CO² per capita				
Sustentabilidade Ambiental	Gestão de Resíduos	Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos				
	destad de Residuos	Tratamento de Esgoto				
	Energia Sustentável	Proporção de Energia Sustentável				
	Participação	Participação Eleitoral				
Governança e Legislação	i artioipação	Acesso à Informação Pública				
	Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais	Geração de Receita Própria				
	Timanoramento Municipal e Oupucidades institucionais	Eficiência das Despesas Locais				
	Governança da Urbanização	Expansão Urbana				

2.2. Cálculo das Dimensões

Como forma de operacionalizar o conceito de prosperidade urbana na lógica de um indicador sintético, o IPC é construído sobre a matriz conceitual e operacional da **Roda da Prosperidade Urbana** — metáfora que representa um estado onde as seis dimensões da prosperidade devem estar equilibradas para que ela possa girar sem solavancos (Figura 1).



A matriz conceitual do IPC propõe que todas as dimensões tenham o mesmo peso e estejam alinhadas entre si. Cidades que não possuem uma harmonia entre as dimensões tendem a ter baixos níveis de prosperidade e isto se reflete em problemas institucionais e estruturais, tais como sistemas urbanos disfuncionais, baixo crescimento econômico e altos níveis de pobreza extrema.

Contudo, na prática, é difícil encontrar uma cidade na qual as seis dimensões sejam iguais. Desta forma, as prioridades em termos de políticas urbanas devem ser definidas de maneira a incidir positivamente nas dimensões desbalanceadas.

Metodologia para análise

A apresentação dos resultados obtidos pelo IPC foi baseada em três principais critérios: (i) visão regionalizada, (ii) organização por conjunto de faixas populacionais; e (iii) análise que evidencie os municípios que necessitam de intervenções nas políticas públicas.

A análise regionalizada respeitou as divisões de Mercados Regionais de Terra (MRT) propostas no Relatório de Análise de Mercados de Terras no Estado de Alagoas, elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2018. O MRT configura-se como uma zona homogênea com atributos e características sociais e geoeconômicas que exercem impacto sobre a formação dos preços da terra (INCRA, 2018).

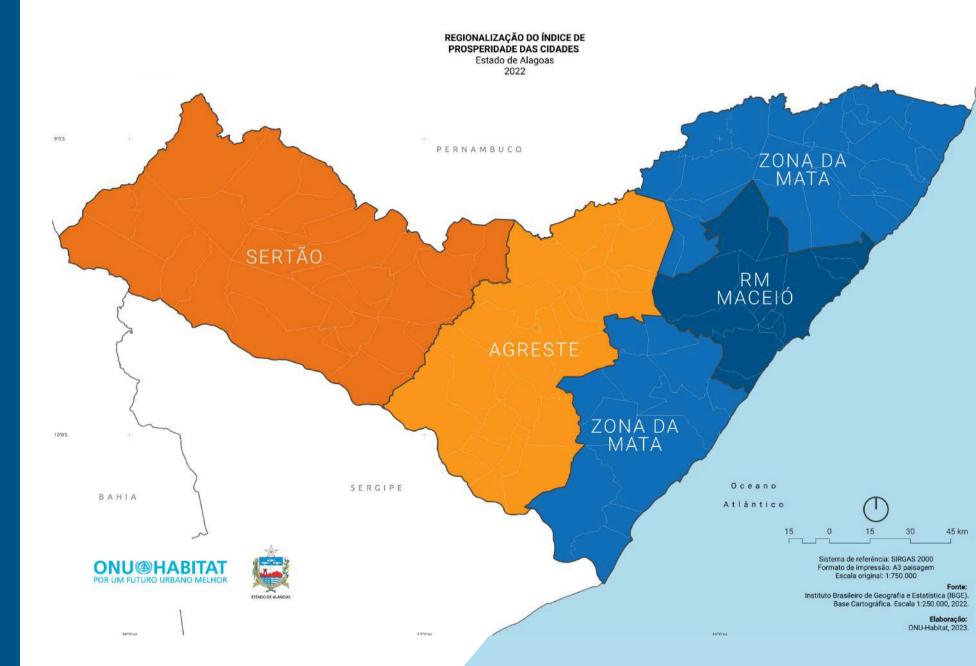
Essa definição permite compreender que o MRT não se limita a uma análise puramente geográfica, mas também abrange os aspectos econômicos, sociais e culturais que afetam os valores das terras naquela área.

No entanto, ressalta-se que, a partir da divisão do MRT, a Região Metropolitana de Maceió (RMM) foi adaptada para incluir os municípios de Atalaia e Murici, conforme consta na Lei Complementar nº 50, de 15 de outubro de 2019, que dispõe sobre o Sistema Gestor Metropolitano da RMM (Mapa 1).

Além disso, a análise dos resultados estratificou os municípios com base no tamanho da população, categorizando-os em faixas populacionais: até 10 mil habitantes, entre 10 mil e 30 mil habitantes, entre 30 mil e 75 mil habitantes e mais de 75 mil habitantes.

Essa segmentação proporciona uma visão da influência do tamanho populacional nas características socioeconômicas específicas desses municípios.

Figura 1 - Roda da Prosperidade Urbana



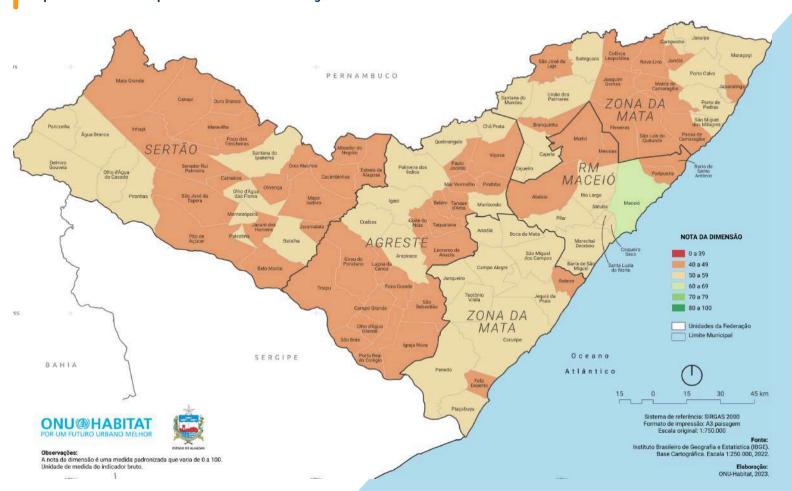
Mapa 1 -Regionalização de Alagoas adotada no IPC.

Capítulo 3 *RESULTADOS*

O cálculo do IPC para os 102 municípios de Alagoas é uma ferramenta metodológica inovadora e inédita para o estado, e permite a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em diversas escalas (municipal, regional e estadual).

Como classificação geral de desempenho, obteve-se que 56 municípios apresentaram desempenho fraco, 45 estão na classificação de moderadamente fraco e apenas a capital Maceió está na classificação de moderadamente sólida. De modo geral, os municípios de menor desempenho se encontram no interior do estado. O desempenho médio dos municípios foi de 49,4, portanto um desempenho fraco (Mapa 2).

Mapa 2 - Índice de Prosperidade das Cidades de Alagoas

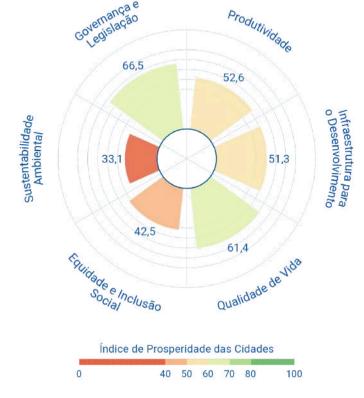


Considerando as **seis dimensões do IPC**, o desempenho médio dos municípios variou entre moderadamente sólido nas dimensões "Governança e Legislação" e "Qualidade de Vida", desempenho intermediário em "Produtividade" e "Infraestrutura para o Desenvolvimento", e desempenhos fraco e muito fraco nas dimensões de "Sustentabilidade Ambiental" e "Equidade e Inclusão Social" (Gráfico 1).

• Governança e Legislação e Qualidade de Vida

 Uma governança fortalecida possibilita suporte político e operacional para que as cidades identifiquem as reformas necessárias e adotem leis e marcos legais para regular aspectos urbanos e sociais, tema diretamente relacionado à qualidade de vida da população, permitindo assim o fortalecimento de políticas públicas essenciais, como saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento urbano.

Gráfico 1 - Média de desempenho das dimensões do IPC



• Sustentabilidade Ambiental e Equidade e Inclusão Social

 Essas dimensões apresentam desafios que devem ser encarados a partir de uma perspectiva holística, visto que será necessária uma visão que integre políticas inovadoras de sustentabilidade aliadas ao combate da pobreza e das múltiplas desigualdades, principalmente as que estão relacionadas aos assentamentos precários e outras formas de pobreza e marginalização da sociedade.

• Produtividade e Infraestrutura para o Desenvolvimento

 O desenvolvimento econômico sustentável é um processo complexo, e alcançá-lo exige investimentos em diversos setores, como educação, inovação, tecnologia e diversificação econômica. Somado a isto, uma infraestrutura adequada é fundamental para o bem-estar da população e para o crescimento econômico.

O desempenho médio dos municípios alagoanos, agregados por regiões, dimensões e subdimensões, indica uma certa similaridade de desempenho por dimensão e subdimensão de uma forma geral, mas com diferenças que apontam a necessidade de um **olhar regionalizado para o estado** (Tabela 2).

É possível identificar como fator de influência significativa o tamanho populacional das cidades, sendo que as maiores (Maceió e Arapiraca) apresentaram vantagens tanto no valor agregado do IPC, quanto em algumas das dimensões e indicadores que o compõem.

Apesar desse padrão de dificuldade de interiorização de políticas, ainda é possível identificar municípios interioranos com valores moderadamente sólidos que correspondem, em sua maioria, a novas zonas de influência regional no estado, o que pode receber especial atenção do poder público.

Tabela 2 - Resultados das dimensões e subdimensões do IPC por estratégia de intervenção

Dimensões	Média de Alagoas	Subimensões	Alagoas	s	RMM		Zona da Mata	Agreste		Sertão	
52,65 Produtividade Moderadamente fraco		Poder econômico	32,8	Р	39,8	Р	34,0	P 31,4	Р	29,5	Р
	Carga econômica	47,9	Р	54,2	F	52,3	F 42,5	Р	44,7	Р	
1 Todatividad	Fortalecer	Aglomeração econômica	83,5	С	83,4	С	85,0	c 83,8	С	81,5	С
		Emprego	46,4	Р	29,7	Р	36,0	P 56,5	F	57,1	F
		Habitação	46,5	Р	80,6	С	53,3	F 43,0	Р	26,5	Р
	51,29	Infraestrutura social	25,6	Р	33,6	Р	26,0	P 23,7	Р	23,3	Р
	Moderadamente	Tecnologias da Informação e Comunicação	35,4	Р	44,7	P	39,0	P 26,3	Р	35,3	Р
	Fortalecer	Mobilidade urbana	79,5	С	77,1	С	83,0	c 75,0	С	80,7	С
		Forma urbana	69,3	F	76,4	С	75,6	c 65,1	F	62,7	F
		Saúde	57,8	F	60,2	F	57,0	F 60,4	F	55,4	F
Qualidade de Vida	61,38 Moderadamente sólido	Educação	79,1	С	84,0	С	78,9	c 78,4	С	77,7	С
		Segurança pública	56,6	F	52,0	F	54,3	F 54,3	F	63,7	F
	Fortalecer	Espaços públicos	52,0	F	56,5	F	50,3	F 43,7	Р	59,3	F
Equidade e Inclusão	42,53	Equidade econômica	27,1	Р	34,0	Р	32,9	P 22,8	Р	21,3	Р
Social	Fraco	Inclusão social	27,7	Р	20,1	Р	23,1	P 31,6	Р	32,8	Р
	Priorizar	Inclusão de gênero	72,8	С	78,1	С	75,6	c 68,8	F	70,8	С
Sustentabilidade	33,06	Qualidade do ar	51,2	F	57,0	F	51,9	F 47,8	Р	50,9	F
Ambiental	Muito fraco	Gestão de resíduos	41,0	Р	35,6	P	45,0	P 36,9	Р	42,3	P
	Priorizar	Energia sustentável	7,0	Р	7,0	Р	7,0	P 7,0	Р	7,0	Р
		Participação	71,4	С	74,7	С	67,3	F 74,5	С	72,1	С
Governança e Legislação	66,53 Moderadamente sólido	Financiamento municipal e capacidades institucionais	28,2	Р	38,3	Р	23,5	P 23,5	Р	33,2	P
	Fortalecer	Governança da urbanização	100,0	С	100,0	С	100,0	C 100,0	С	100,0	С



Produtividade

52,65 – Moderadamente fraco

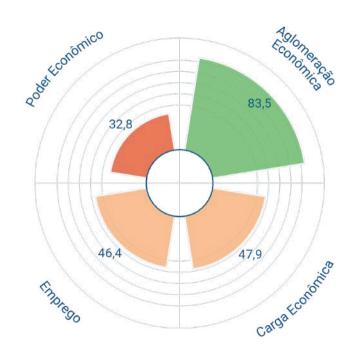
Uma cidade próspera promove a geração de empregos competitivos e bem remunerados, e realiza uma gestão eficiente do solo urbano de tal forma que a concentração de atividades econômicas, sociais e culturais representem uma vantagem competitiva para a geração de empregos e incremento da produtividade per capita.

Com pontuação média de 52,65, os municípios de Alagoas atingiram desempenho moderadamente fraco na dimensão Produtividade. O resultado indica que políticas urbanas para a produtividade devem ser fortalecidas (Mapa 3).

Os resultados regionalizados revelam uma distribuição equilibrada da dimensão em todo o estado, variando pouco mais de dois pontos entre a maior e a menor pontuação média. Sertão e Agreste atingiram as maiores pontuações, 53,21 e 53,56 respectivamente, seguidas pela RMM com 51,76 e Zona da Mata com 51.82.

Nesta dimensão, 68,6% dos municípios estão classificados com desempenho moderadamente fraco, 25,5% com desempenho fraco e 5,9% receberam a classificação de desempenho moderadamente sólido. Importante ressaltar que Maceió (55,13) e Arapiraca (55,49), os dois municípios mais populosos do estado, obtiveram desempenho moderadamente fraco.

A dimensão Produtividade é composta por quatro subdimensões e quatro indicadores. A subdimensão que apresenta o melhor resultado é **Aglomeração Econômica**, com pontuação média de 83,5, seguida por **Carga Econômica** (47,9) e **Emprego** (46,41. A subdimensão com resultados mais baixos é **Poder Econômico**, que alcançou uma pontuação média de apenas 32,8 pontos (Gráfico 2).



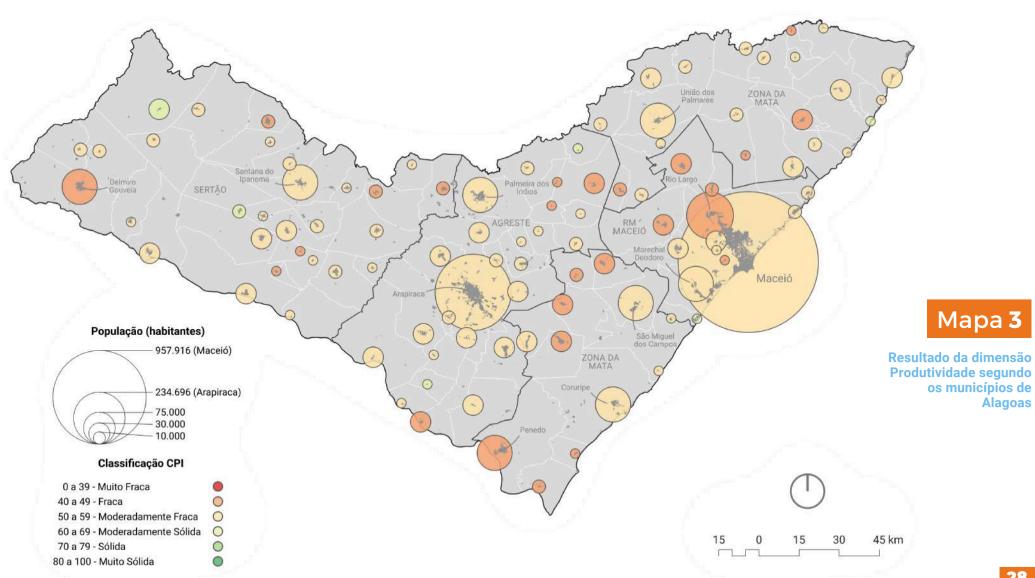
Índice de Prosperidade das Cidades

Gráfico 2 -Média de desempenho das subdimensões de Produtividade



Produtividade





IPC Alagoas — Produtividade

Subdimensão

Poder econômico

A subdimensão Poder Econômico é composta pelo indicador **Produto Municipal per capita**, constituído pela relação entre o valor agregado bruto das atividades econômicas do município e sua população, aferindo a força econômica da cidade por meio de seus setores produtivos. Essa subdimensão oferece informações sobre níveis de renda e a capacidade de uma cidade de gerar oportunidades de emprego.

Poder Econômico foi a subdimensão de Produtividade que recebeu a menor pontuação entre as avaliadas. O Produto Municipal per capita obteve desempenho muito fraco, com pontuação média de 32,79, indicando a necessidade de priorização das políticas urbanas no tema (Mapa 4).

A RMM atingiu o melhor desempenho entre as regiões, mesmo assim obteve um desempenho muito fraco ao atingir uma pontuação de 39,8, seguida da Zona da Mata que ocupa a segunda posição com uma pontuação de 34. Agreste e Sertão ficaram nas últimas posições, pontuando 31,4 e 29,5 respectivamente (Gráfico 3).

Um melhor desempenho entre municípios da RMM indica uma concentração de setores produtivos, que mesmo assim não atingem um desempenho considerado sólido.

Ao realizar a análise da pontuação média segundo o porte populacional dos municípios, apenas aqueles acima de 75 mil habitantes possuem desempenho fraco, enquanto os demais permanecem em média com desempenho muito fraco (Gráfico 4).

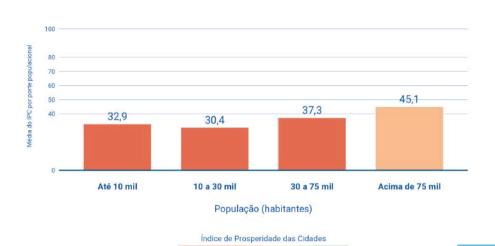
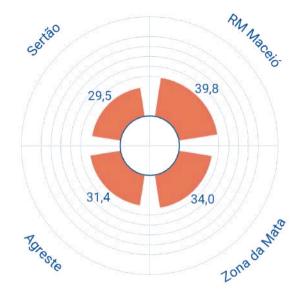


Gráfico 4 Média de pontuações dos
municípios segundo o
porte populacional no
indicador Produto
Municipal per Capita

Gráfico 3 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Poder Econômico

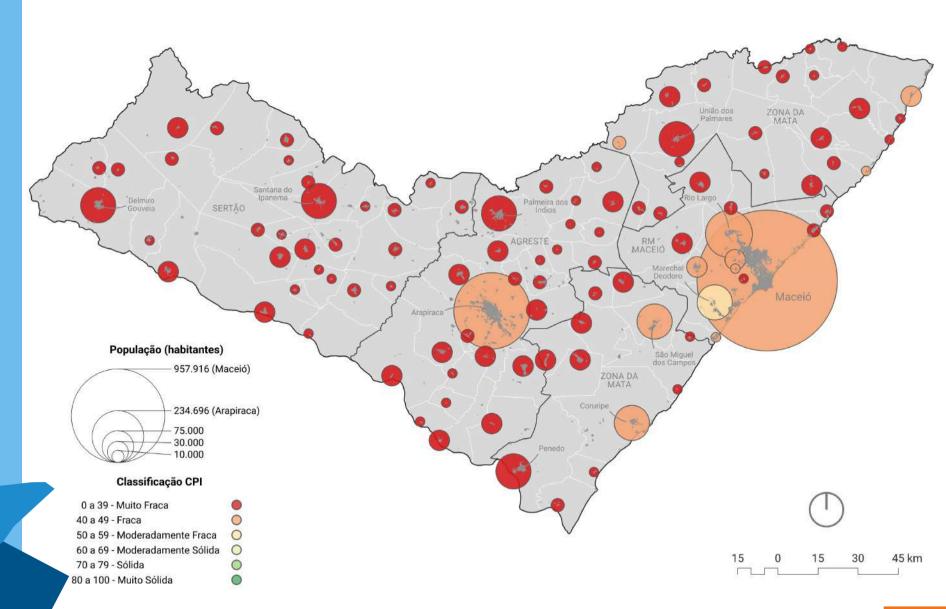




Poder econômico

Mapa 4

Pontuações da subdimensão Poder Econômico segundo os municípios de Alagoas



Subdimensão

Carga econômica

A subdimensão Carga Econômica é medida pela **Taxa de Dependência da Terceira Idade**, que afere a relação entre pessoas em idade produtiva (15 a 64 anos) e pessoas maiores de 65 anos. Uma cidade próspera busca criar políticas que mantenham uma relação saudável entre jovens e pessoas idosas, de modo a evitar tanto altas taxas de dependência de uma sobre a outra, quanto uma diminuição da força de trabalho.

A Taxa de Dependência da Terceira Idade obteve um desempenho fraco, com pontuação média de 47,89 para os municípios, indicando a necessidade de estratégias que realizem a priorização de políticas urbanas (Mapa 5).

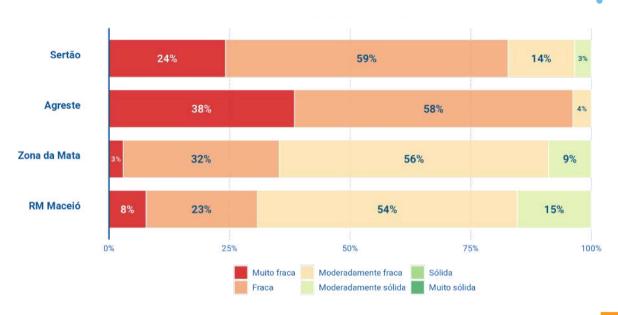
A densidade populacional não parece influenciar no desempenho desta subdimensão, uma vez que não foi identificado nenhum padrão consistente entre os recortes populacionais analisados. Apenas os municípios acima de 75 mil habitantes possuem um desempenho levemente superior aos demais grupos.

Os municípios da RMM e da Zona da Mata atingiram desempenho moderadamente fraco, indicando que políticas urbanas sobre o tema devem ser fortalecidas. As regiões Sertão e Agreste tiveram desempenho fraco, portanto estas políticas urbanas devem ser priorizadas. No gráfico 5, são apresentadas as proporções dos resultados por região.

Em relação à distribuição espacial, em geral, os resultados se refletem na regionalização. Os municípios no leste do estado têm um melhor desempenho e, quanto mais a oeste, a partir do Agreste, existe maior dependência da terceira idade. Uma exceção é a região do entorno de Palmeira dos Índios, onde existe um grupo de municípios com desempenho muito fraco, sendo recomendadas análises complementares para identificar a razão desse fenômeno.

As razões da dependência da terceira idade podem ser diversas, como o êxodo dos jovens por falta de oportunidade, mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, entre outros, portanto, novas políticas urbanas para esses locais devem considerar análises específicas desta subdimensão.

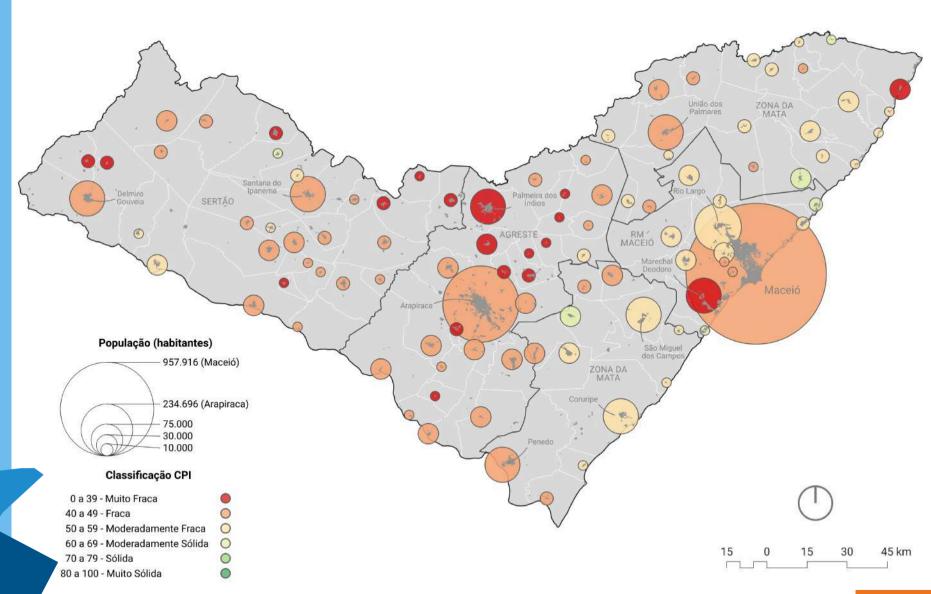
Gráfico 5 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Taxa de Dependência da Terceira Idade



Carga econômica

Mapa 5

Pontuações da subdimensão Carga Econômica segundo os municípios de Alagoas



Subdimensão

Aglomeração econômica

A subdimensão Aglomeração Econômica é composta pelo indicador **Densidade Econômica**, que indica o aspecto espacial da distribuição e a concentração das atividades econômicas no território, medindo a capacidade produtiva da cidade e a distribuição equitativa dos usos do solo e das atividades econômicas. Uma cidade próspera busca aproveitar as aglomerações econômicas para melhorar o bem-estar de sua população.

O resultado desse indicador leva em consideração o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Administração Pública, Serviços e Indústria. Sobre este tema, os municípios de Alagoas possuem em média 56,76% de seu VAB vinculados ao setor Administração Pública, seguido por Serviços (34,30%) e Indústria (8,94%), o que indica que o setor público, em todas as suas esferas, é o elemento principal da prosperidade econômica do estado.

A pontuação média entre os municípios de Alagoas foi de 83,51, caracterizando um desempenho muito sólido, apontando a consolidação de políticas urbanas (Mapa 6).

O bom resultado indica que os municípios alagoanos têm, em geral, um grande desempenho na distribuição das atividades econômicas em relação ao tamanho da mancha urbana. Ou seja, a densidade econômica favorece a produtividade, diminuindo custos de alguns bens e serviços, reduzindo custos de transações devido à proximidade geográfica e, portanto, reduzindo também custos de produção.

Contudo, regionalmente, a concentração dos dez municípios com pior resultado aponta que seis estão localizados no Sertão, e outros três no Agreste. A pontuação média das regiões não apresentou grandes diferenças, o que reforça a hipótese de um balanceamento na distribuição de atividades econômicas em relação ao solo urbano em todo o estado (Gráfico 6). O mesmo acontece ao realizar esta análise segundo o porte populacional dos municípios, onde não há diferença relevante ente os recortes investigados.

As estratégias de intervenção devem ser orientadas, portanto, para o Sertão, dado que promover a criação de zonas econômicas nesta região pode facilitar a inovação e a eficiência produtiva, além de priorizar investimentos em infraestrutura de transporte e logística para conectar os municípios e estimular o fluxo de mercadorias e trabalhadores.

Ressalta-se, porém, que novas políticas urbanas podem utilizar o setor público como motor para a prosperidade econômica sustentável e inclusiva, porém, o desbalanceamento econômico do VAB municipal com outros setores pode ser um risco, causando, por exemplo, uma dependência econômica desse setor.

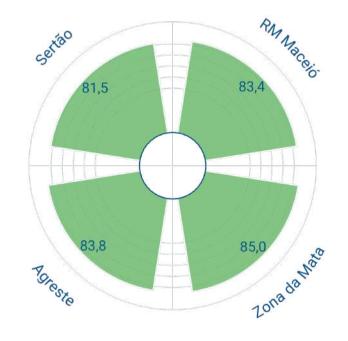
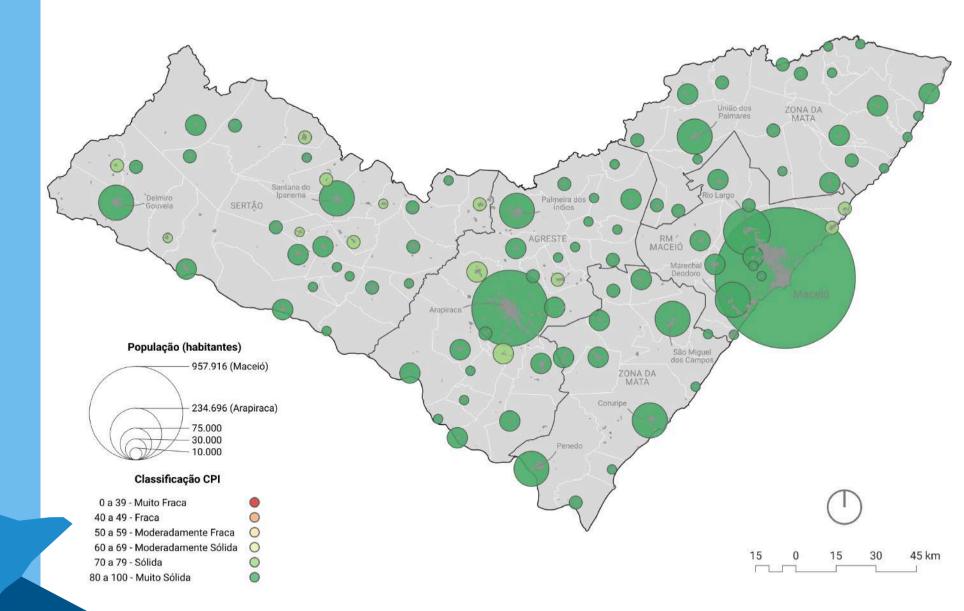


Gráfico 6 -Média de desempenho das regiões na subdimensão Aglomeração Econômica

glomeração conômica

Mapa 6

Pontuações da subdimensão Aglomeração Econômica segundo os municípios de Alagoas IPC Alagoas — Produtividade



Subdimensão

Emprego

A subdimensão Emprego é mensurada pelo indicador **Taxa de Desocupação**, que determina a proporção da população em idade ativa (14 anos ou mais) que não está trabalhando, mas está em busca de trabalho. Ele reflete a mão de obra potencial com a qual o setor produtivo pode contar. Níveis altos de desocupação prejudicam a economia das cidades e refletem problemas estruturais no mercado de trabalho.

A Taxa de Desocupação apresentou uma pontuação de 46,41 entre os municípios de Alagoas, um desempenho fraco que indica a necessidade de priorização de políticas urbanas (Mapa 7).

Nota-se uma diferença em relação à taxa de desocupação em determinadas áreas do estado. Enquanto alguns municípios atingiram um desempenho alto, como Mata Grande (89,77), Olho d'Água Grande (91,38) e Senador Rui Palmeira (97,22), com taxas de desocupação inferiores a 2%, existem municípios com taxas acima de 20%, como Campo Alegre (5,90) e São Miguel dos Campos (13,52).

Em termos regionais, existem diferenças entre os desempenhos do Sertão e Agreste, moderadamente fraco, em comparação com a Zona da Mata e da RMM, com desempenho muito fraco (Gráfico 7).

Segundo o porte populacional dos municípios, destaca-se a tendência de maiores pontuações em municípios menores, ou seja, uma vez que a pontuação deste indicador é inversamente proporcional ao seu valor (quanto maior a taxa de desocupação, menor o seu desempenho). Tal fato aponta a tendência de que municípios com maiores densidades populacionais tenham maiores taxas de desocupação (Gráfico 8).

Cabe ressaltar ainda que, os dados desse indicador foram calculados para a escala dos municípios a partir do Censo Demográfico de 2010 e refletem uma realidade econômica diferente da atual. Em 2010, os municípios apresentavam, em média, uma taxa de desocupação de 9,22%. Atualmente, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (PNADCt) apontam que no 3° trimestre de 2022 essa taxa subiu para 10,1% em Alagoas.

Gráfico 7 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Taxa de Desocupação



Gráfico 8 - Média de pontuações dos municípios no indicador Taxa de Desocupação, segundo o porte populacional dos munícipios de Alagoas

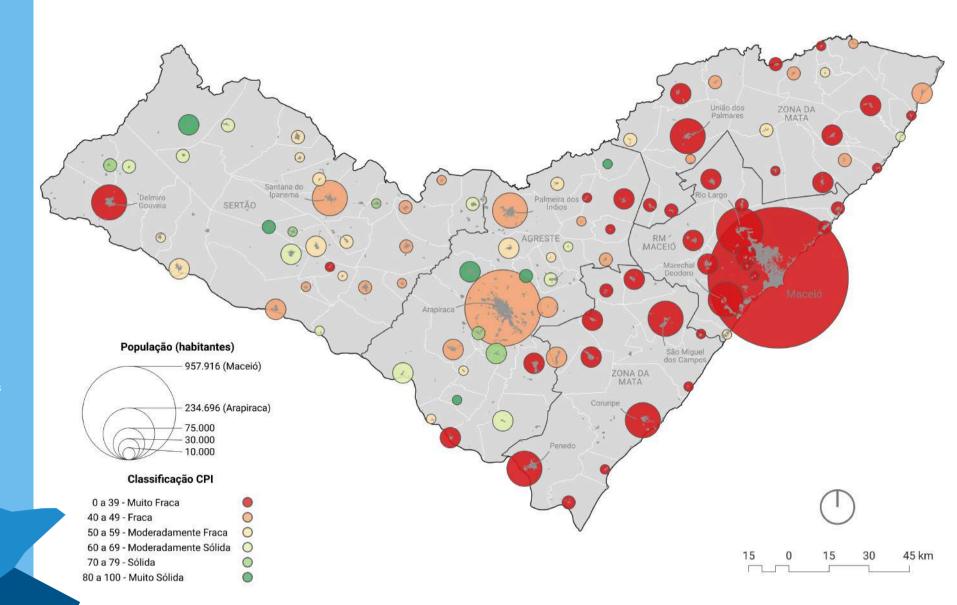


IPC Alagoas — Produtividade

Emprego

Mapa 7

Pontuações da subdimensão Emprego segundo os municípios de Alagoas





Infraestrutura para o Desenvolvimento

51,29 – Moderadamente fraco

A infraestrutura cumpre um papel fundamental para o desenvolvimento econômico de uma cidade e para a qualidade de vida de seus habitantes. Uma cidade próspera proporciona infraestrutura, bens e serviços urbanos necessários para a população, reduzindo a pobreza e as desigualdades sociais no longo prazo.

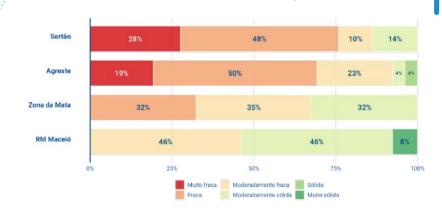
A dimensão Infraestrutura para o Desenvolvimento possui a quarta maior pontuação entre as seis dimensões do IPC para os municípios de Alagoas. A pontuação média de 51,29 resulta em um desempenho moderadamente fraco, portanto, é necessário o fortalecimento das políticas públicas, com foco na melhoria da infraestrutura nas localidades mais vulnerabilizadas do estado (Mapa 8). Os dois maiores municípios se destacam nas primeiras posições: Maceió (81,38) e Arapiraca (70,08).

Os municípios que compõem a RMM e a Zona da Mata apresentam pontuações médias mais elevadas que os municípios do Agreste e Sertão, o que demonstra que além do estado necessitar avançar como um todo nos indicadores desta dimensão, também são importantes ações que atuem na reducão das desigualdades territoriais na escala estadual (Gráfico 9).

A dimensão é composta por cinco subdimensões e nove indicadores. A subdimensão que apresenta o melhor resultado é **Mobilidade Urbana**, com pontuação média de 79,54, seguida por **Forma Urbana** (69,33) e **Habitação** (46,51). As duas que apresentam os piores resultados são **Tecnologia da Informação e Comunicação** (35,44) e **Infraestrutura Social** (25,62). No gráfico 10, estão apresentados os desempenhos dos indicadores que compõem cada subdimensão.

Além da questão regional no estado, a análise segundo o porte dos municípios em relação ao tamanho de sua população demonstra que os municípios que possuem maior quantidade de habitantes tendem a ter melhores condições de infraestrutura. Esse ponto é mais perceptível nas subdimensões de Habitação, Tecnologia da Informação e Comunicação e, principalmente, Infraestrutura Social.

Gráfico 9 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho da dimensão Infraestrutura para o Desenvolvimento



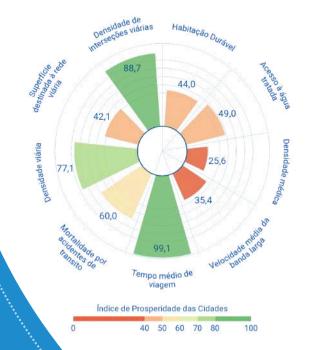
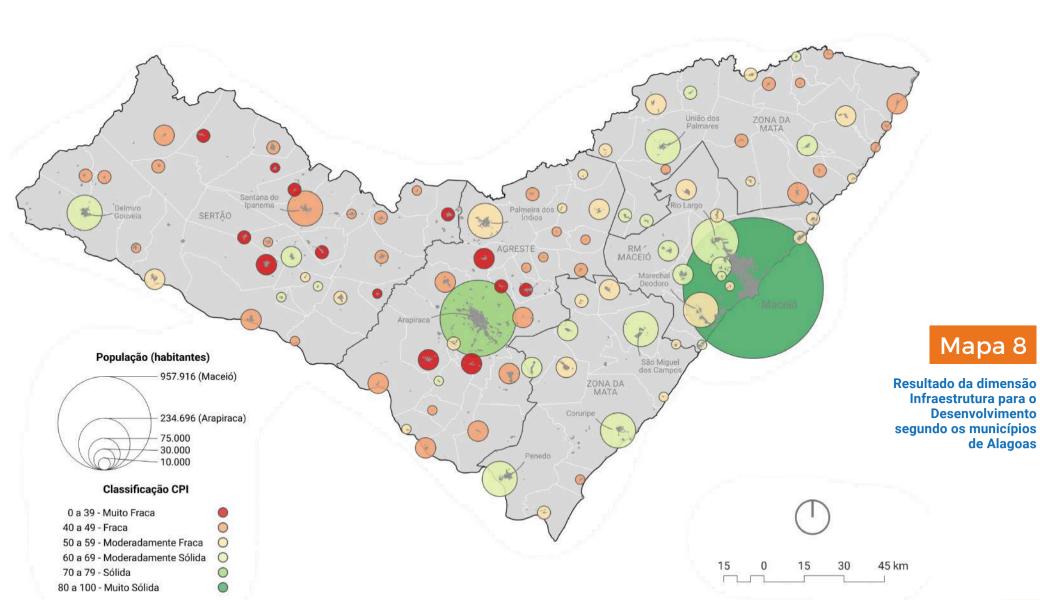


Gráfico 10 - Média de desempenho das subdimensões da Infraestrutura para o Desenvolvimento

Infraestrutura para o Desenvolvimento



Habitação

A subdimensão Habitação é composta por dois indicadores.

Habitação durável

 proporção de domicílios em habitações constituídas por estruturas permanentes capazes de proteger seus habitantes das condições climáticas, como chuva, calor, frio e umidade.

• Acesso à Água Tratada

 proporção de pessoas com acesso à água tratada nesses domicílios

Considerando esses dois indicadores, a pontuação média para os municípios de Alagoas foi de apenas 46,51, indicando um desempenho fraco, sendo que mais da metade dos municípios (54%) obtiveram desempenho muito fraco ou fraco, ou seja, é necessário que o poder público priorize ações para essa subdimensão (Mapa 9).

Por regiões, apenas a RMM apresenta valores considerados muito sólidos, com pontuação média de 80,6. A Zona da Mata (53,2) apresentou um desempenho moderadamente fraco, seguida pelo Agreste (43,0) com desempenho fraco e Sertão (26,5) muito fraco (Gráfico 11).

A justificativa para esses resultados é que 77% (10 dos 13) dos municípios da RMM apresentam resultados muito sólidos, sólidos ou moderadamente sólidos no indicador Habitação Durável e 100% no indicador de Acesso à Água Tratada.

Já os resultados das outras regiões mostram um desempenho praticamente oposto, onde a maior parte dos municípios que compõem cada uma delas apresentam resultados moderadamente fracos ou piores. A proporção de municípios das regiões Sertão e Agreste nestas condições é de 82% e 74% (Gráfico 12) e para o indicador Habitação Durável e de 90% e 65% para Acesso à Água Tratada (Gráfico 13).

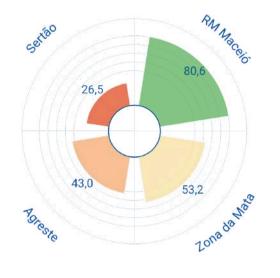


Gráfico 11 -Média de desempenho das regiões na subdimensão Habitação

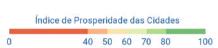


Gráfico 12 Proporção de municípios de
Alagoas, por regiões,
segundo as categorias de
desempenho do indicador
Habitação Durável

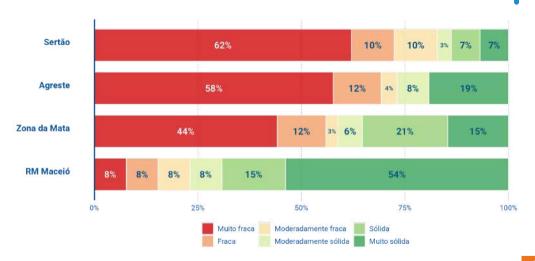
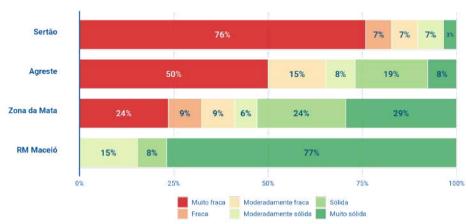


Gráfico 13 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Acesso à Água Tratada



Os dois indicadores possuem resultados muito similares quando a análise é realizada de acordo com o porte populacional dos municípios. Os resultados melhoram à medida que o porte deles aumenta, com exceção para os municípios com população abaixo de 10 mil habitantes, que apresentam resultados levemente acima do que aqueles com até 30 mil (Gráfico 14) (Gráfico 15).

Para o estado de Alagoas, isso indica que, apesar da maior presença de assentamentos precários nas maiores cidades, as condições de habitação tendem a ser melhores nessas cidades.

Destaca-se a necessidade de fortalecer políticas públicas para garantir moradia adequada em todo o estado, que podem incluir, por exemplo, projetos de assistência técnica para habitação social, locação social, financiamentos habitacionais e regularização fundiária de áreas informais, além da ampliação dos serviços de saneamento básico.

Gráfico 14 - Média de pontuações do indicador de Habitação Durável, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas

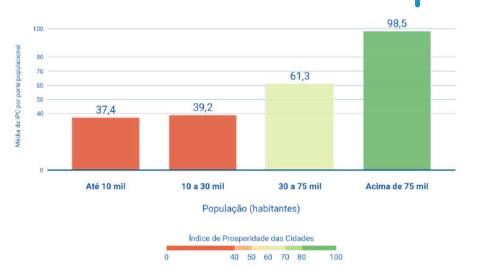
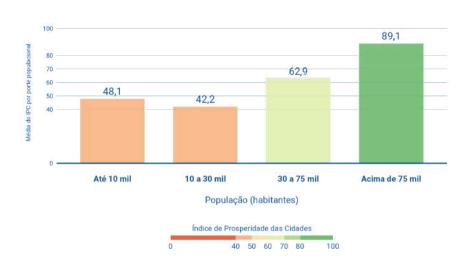
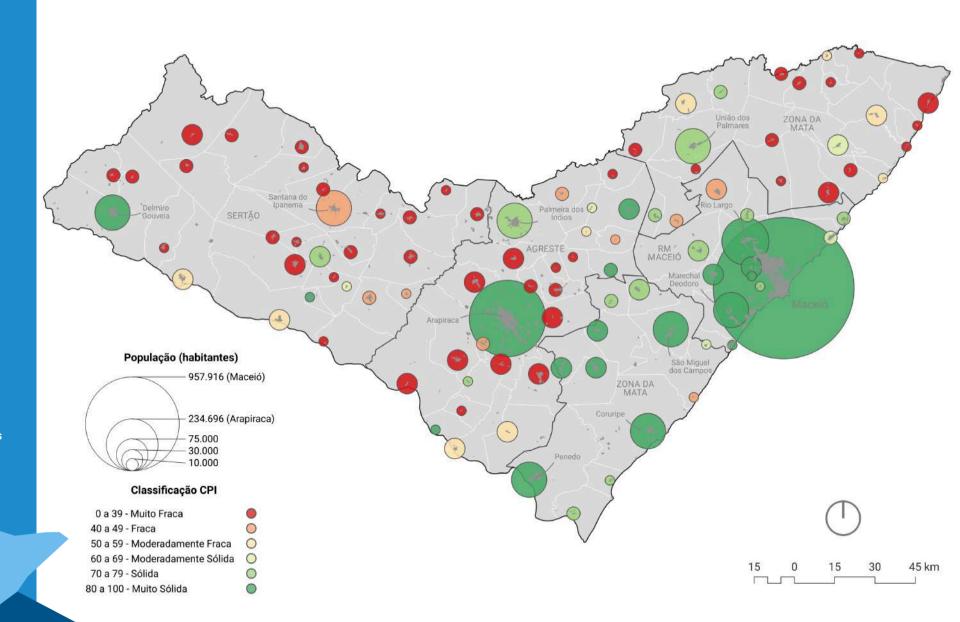


Gráfico 15 - Média de pontuações do indicador Acesso à Água Tratada segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas



Mapa 9

Pontuações da subdimensão Habitação segundo os municípios de Alagoas



Infraestrutura Social

A subdimensão Infraestrutura Social é composta pelo indicador **Densidade Médica**, que indica o número de médicos a cada mil habitantes de um município, fornecendo um panorama geral sobre a robustez do sistema de saúde

Nesta subdimensão os municípios alagoanos obtiveram um desempenho muito fraco com uma média de 25,62 pontos, onde 98 municípios obtiveram este nível de desempenho. É uma área crítica para a concentração de esforços dos poderes públicos, sendo necessário priorizar ações e políticas para aumentar o número de profissionais atendendo a população alagoana (Mapa 10).

Todas as regiões possuem desempenho muito fraco. Apenas dois municípios apresentaram desempenho satisfatório, alcançando a nota máxima e obtendo, portanto, a melhor avaliação de desempenho: Maceió e Arapiraca.

Na RMM, mesmo a maior parte dos municípios tendo um desempenho muito fraco, 16% deles estão em categorias melhores. Nas outras regiões do estado esse valor não ultrapassa os 5% (Gráfico 16). Isso demonstra uma grande concentração espacial dos serviços de saúde, em especial a presença de profissionais da área médica.

Segundo os grupos populacionais, apenas a classe de municípios acima de 75 mil habitantes teve um desempenho sólido. Todas as outras categorias apresentam desempenho muito fraco (Gráfico 17).

O número total de médicos está positivamente associado à cobertura de imunização, ao acesso à assistência básica de saúde, e à sobrevivência infantil e materna. Isso evidencia fragilidades no sistema de saúde nos municípios e aponta para a necessidade de investimentos e políticas que priorizem o acesso a servicos de saúde de qualidade para a população.

Gráfico 16 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Densidade Médica

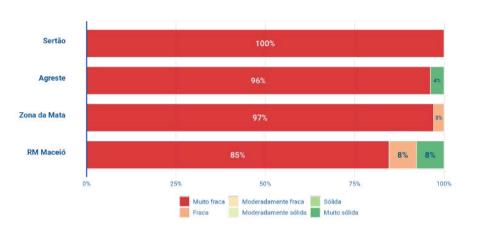
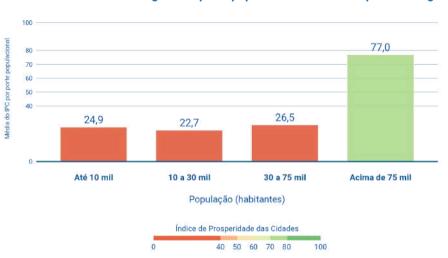
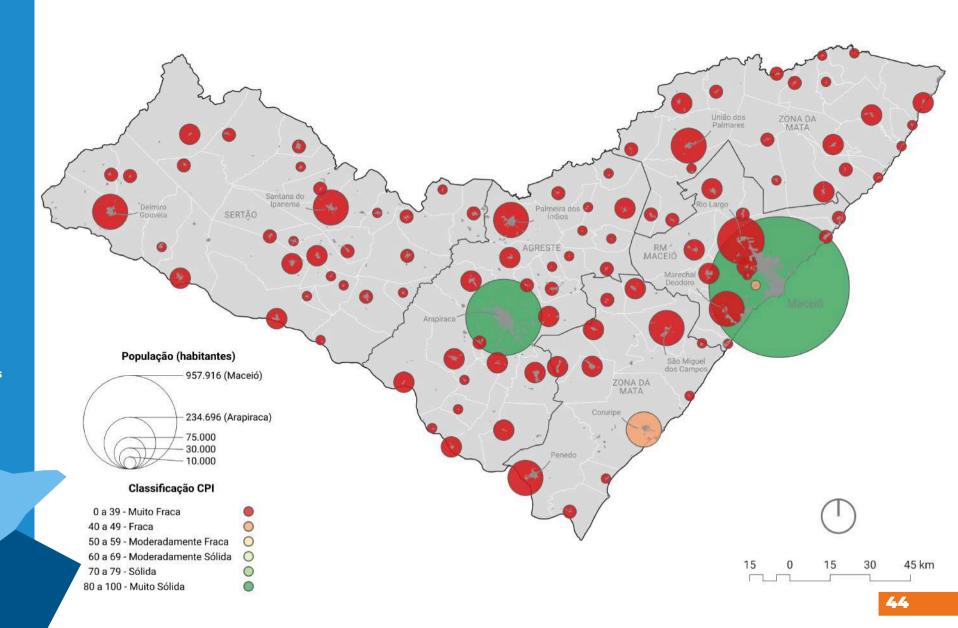


Gráfico 17 - Média de pontuações do indicador Densidade Médica segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas



Mapa 10

Pontuações da subdimensão Infraestrutura social segundo os municípios de Alagoas



Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

A subdimensão TIC é calculada pelo indicador Velocidade Média da Banda Larga de Internet, que indica a velocidade média da internet fixa banda larga na cidade por meio das medições voluntárias realizadas pelas pessoas. A disponibilidade de internet de banda larga promove o crescimento econômico, a inclusão digital, o acesso aos serviços públicos e a ampliação das oportunidades.

Os municípios de Alagoas obtiveram um desempenho muito fraco (35,44) nessa subdimensão, sendo necessário que o poder público e a iniciativa privada invistam de forma prioritária no setor de tecnologia de comunicações (Mapa 11).

Apesar da RMM (44,7) ter atingido a maior pontuação entre as regiões analisadas, seu desempenho foi classificado como fraco. As demais regiões foram classificadas com desempenho muito fraco (Gráfico 18). Proporcionalmente, as regiões Agreste e Sertão são as que mais concentram municípios com o desempenho muito fraco (Gráfico 19).

A velocidade média da internet banda larga tende a melhorar ao passo em que as cidades aumentam seu porte populacional. Em um mundo cada vez mais conectado e necessitando de maior velocidade para dar conta do tráfego de informações, as cidades de maior porte de Alagoas são que conseguem entregar melhores resultados à sua população (Gráfico 20).



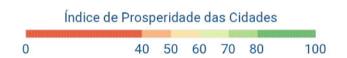


Gráfico 18 -Média de desempenho das regiões na subdimensão Tecnologias de Informação e Comunicação

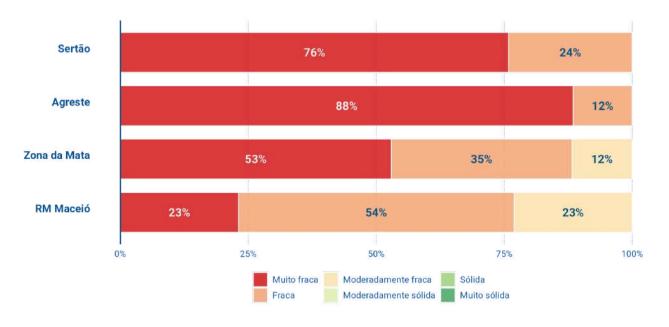
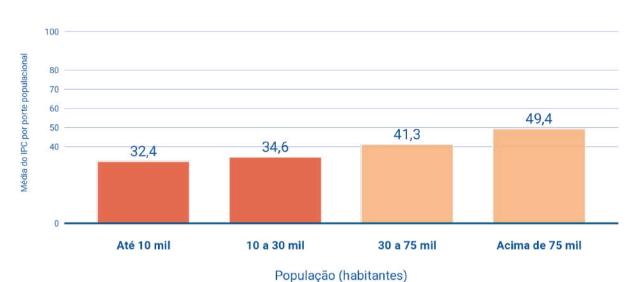


Gráfico 19 -Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Velocidade Média da Banda Larga de Internet

Velocidade média da banda larga

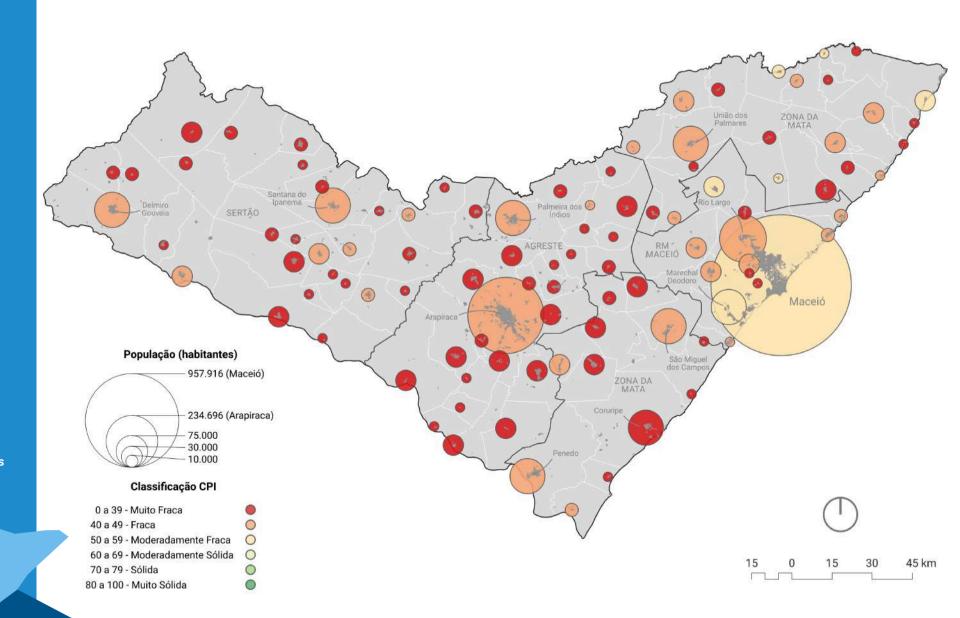
Gráfico 20 -Média das pontuações do indicador Velocidade Média da Banda Larga de Internet segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas



Índice de Prosperidade das Cidades
40 50 60 70 80 100

0

Pontuações da subdimensão Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) segundo os municípios de Alagoas IPC Alagoas — Infraestrutura para o Desenvolvimento



Mobilidade Urbana

A subdimensão Mobilidade Urbana é mensurada a partir de dois indicadores:

• Tempo Médio de Viagem

 tempo médio gasto pela população nos deslocamentos diários utilizando todos os tipos de transporte, incluindo viagens a pé.

• Mortalidade por Acidentes de Trânsito

 total de óbitos por acidentes de trânsito a cada 100.000 habitantes, estando diretamente relacionado à melhoria da infraestrutura viária das cidades, assim como políticas urbanas de reducão de mortes no trânsito.

A subdimensão é a que apresenta a melhor pontuação média entre os municípios de Alagoas dentro da dimensão Infraestrutura para o Desenvolvimento. A pontuação média de 79,54 representa um desempenho sólido (Mapa 12).

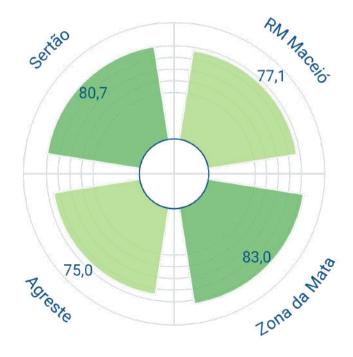
Em uma análise por regiões é possível notar que a Zona da Mata (83,0) e o Sertão (80,70) atingiram resultados melhores com desempenho muito sólido, enquanto a RMM (77,1) e o Agreste (75,0) ficam um pouco atrás, classificados com um desempenho sólido (Gráfico 21).

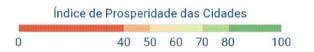
No indicador de Mortalidade por Acidentes de Trânsito, o desempenho das regiões é análogo — 61% do municípios do Agreste e 45% dos municípios da RMM tiveram um desempenho muito fraco e fraco (Gráfico 22).

Para ambos os indicadores da subdimensão, nota-se que a classe populacional que reúne os maiores municípios de Alagoas tende a ter pontuações inferiores, especialmente no indicador Mortalidade por Acidentes de Trânsito. Neste, os municípios de Maceió, Arapiraca e Rio Largo (acima de 75 mil habitantes) possuem uma pontuação média de apenas 37,3, sendo inferior aos outros agrupamentos de municípios (Gráfico 23).

Tais resultados refletem um dos maiores desafios das cidades de grande porte no Brasil e no mundo: a gestão do trânsito urbano visando a redução do número de acidentes a partir de políticas públicas que incentivem o acalmamento do tráfego e a diminuição do uso de veículos particulares em comparação ao transporte público e modais ativos.

Gráfico 21 -Média de desempenho das regiões na subdimensão Mobilidade Urbana





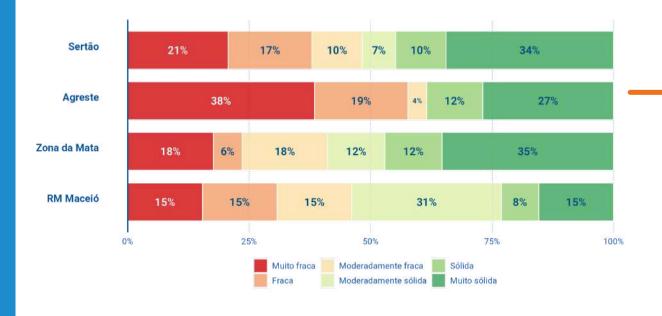
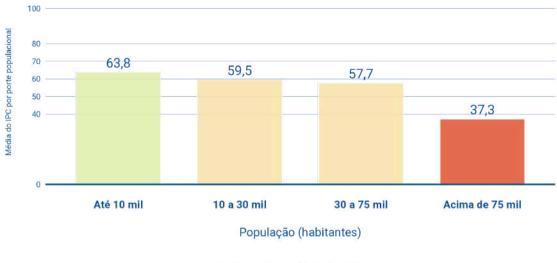


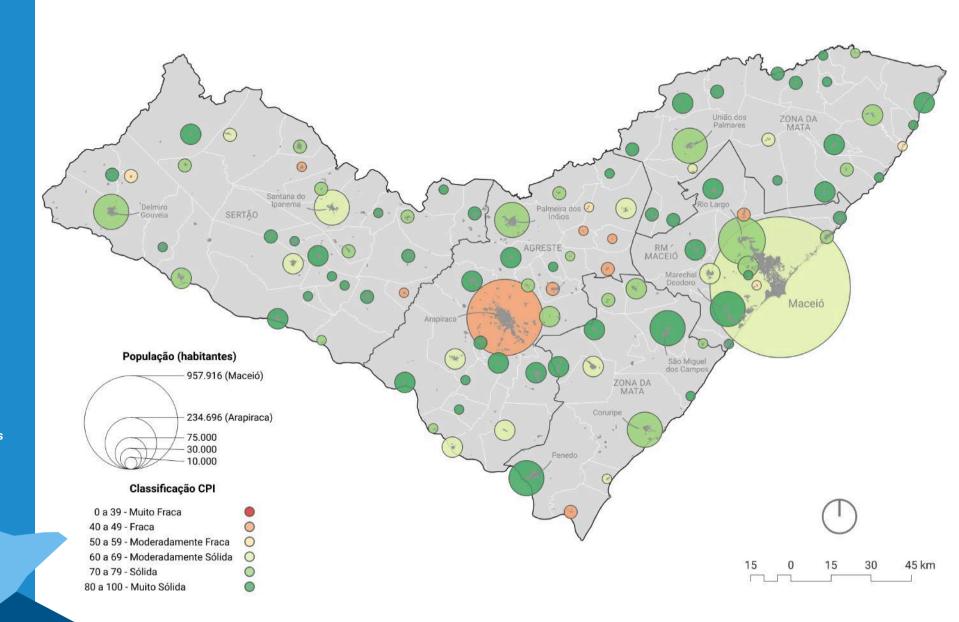
Gráfico 22 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Mortalidade por Acidentes de Trânsito

Gráfico 23 - Média das pontuações do indicador Mortalidade por Acidentes de Trânsito segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas



Mapa **12**

Pontuações da subdimensão Mobilidade Urbana segundo os municípios de Alagoas



Forma Urbana

A subdimensão Forma Urbana é composta por três indicadores que, analisados conjuntamente, dão suporte a uma leitura territorial da sua contribuição para a prosperidade urbana das cidades.

Densidade Viária

 número de quilômetros de vias urbanas dividido pela área em quilômetros quadrados da mancha de urbanização do município. Este indicador é uma referência para entender a integração e conectividade da malha viária para os deslocamentos urbanos.

• Superfície Destinada à Rede Viária

o proporção da área da mancha de urbanização ocupada por vias urbanas, ambas em quilômetros quadrados. Este indicador permite entender se essa proporção é adequada aos deslocamentos urbanos e ao funcionamento do sistema de mobilidade.

• Densidade de Interseções Viárias

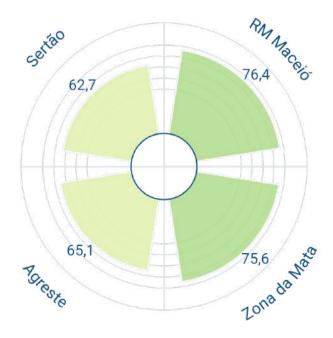
quantidade de cruzamentos por cada quilômetro quadrado de área da mancha urbana.
 Este indicador indica a existência de uma rede viária com muitas opções para o deslocamento, especialmente a pé e por bicicleta.

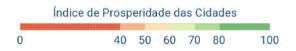
A pontuação média da subdimensão foi de 69,33, alcançando um desempenho considerado moderadamente sólido (Mapa 13).

Os municípios das RMM e Zona da Mata apresentaram os melhores resultados, obtendo um desempenho sólido com pontuação média de 76,4 e 75,6, respectivamente. Já os municípios das regiões Agreste e Sertão se enquadram na categoria moderadamente sólido com pontuações 65,1 e 62,7 (Gráfico 24). Embora apenas 15 municípios tenham apresentado um desempenho muito fraco ou fraco.

As pontuações médias de cada um dos indicadores não apresentam grandes variações de acordo com o porte populacional dos municípios. Dentre os três que compõem a subdimensão, o que apresenta os valores mais baixos é o indicador Superfície Destinada à Rede Viária, com pontuação média de 42,1. Já os indicadores de Densidade Viária e Densidade de Interseções Viárias alcancam pontuações médias muito superiores, sendo, respectivamente, 77,1 e 88,7.

Gráfico 24 -Média de desempenho das regiões na subdimensão Forma Urbana





De forma regionalizada por indicador, as regiões do Sertão e Agreste concentram os municípios com piores desempenhos, com destaque para o indicador de Superfície Destinada a Rede Viária, onde 90% e 69%, respectivamente, dos municípios tiveram desempenho muito fraco ou fraco (Gráfico 25).

Já nos indicadores Densidade Viária e Densidade de Interseções Viárias, a RMM teve 77% (Gráfico 26) e 92% (Gráfico 27) dos seus municípios com desempenho muito sólido, representando a robustez da malha viária nessa região.

Uma cidade com forma urbana adequada, promove a permeabilidade e reduz os tempos e custos totais de deslocamento, garantindo o funcionamento adequado do sistema de mobilidade.

Portanto, ressalta-se a importância de priorizar políticas públicas que promovam uma intervenção urbana eficiente, tratando as vias como espaços públicos e investindo em infraestrutura de mobilidade que acolha a diversidade de modais de transporte, incluindo bicicletas, transporte coletivo e calcadas adequadas.

Gráfico 25 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo o desempenho do indicador Superfície Destinada à Rede Viária

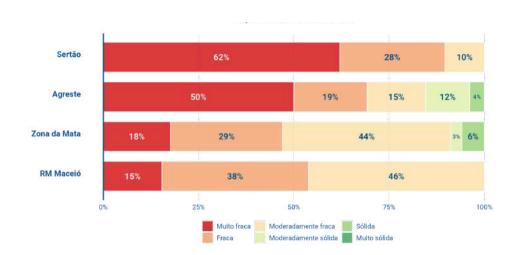


Gráfico 26 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo o desempenho do indicador Densidade Viária

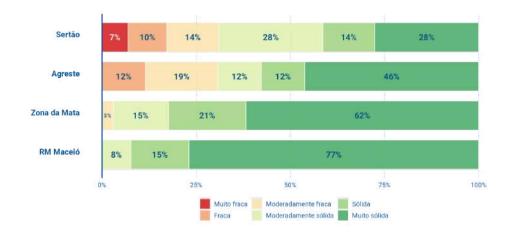
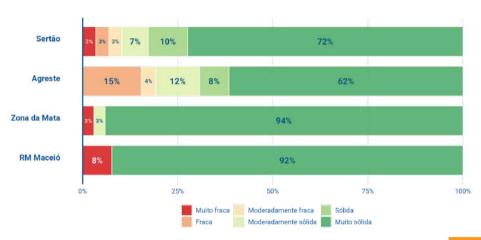


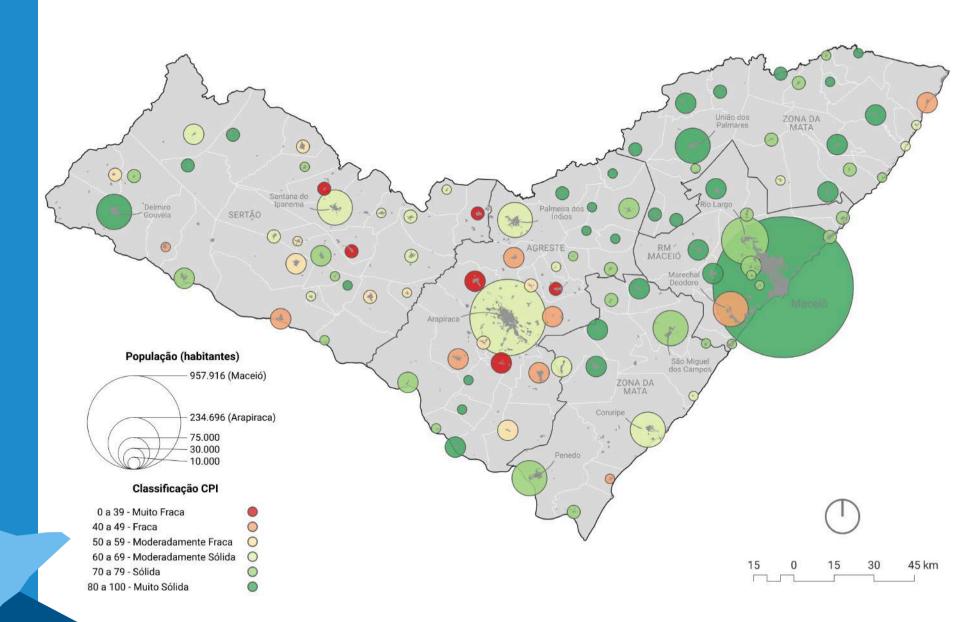
Gráfico 27 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo o desempenho do indicador Densidade de Interseções Viárias

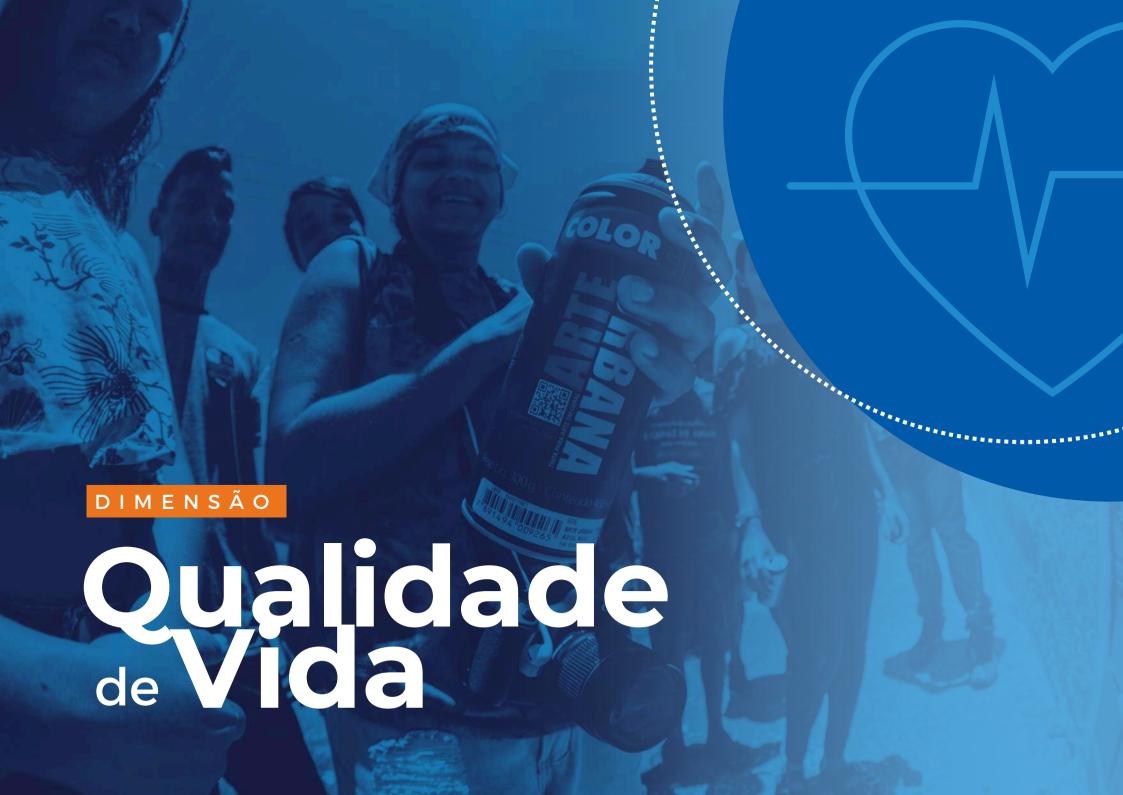


Forma Urbana

Mapa **13**

Pontuações da subdimensão Forma Urbana segundo os municípios de Alagoas





Qualidade de Vida

61,38 – Moderadamente sólido

As medidas de qualidade de vida do IPC buscam dimensionar o quanto uma cidade contribui para o bem-estar geral e a satisfação da sua população. Sob essa perspectiva, uma cidade próspera proporciona a todas as pessoas educação, saúde, lazer, segurança e serviços sociais para que a população possa maximizar seu potencial individual e coletivo, por meio do desenvolvimento da sua capacidade intelectual e da possibilidade de levar uma vida plena, produtiva, saudável e gratificante.

A dimensão Qualidade de Vida obteve uma pontuação média de 61,38 para os municípios de Alagoas, sendo a segunda dimensão com maior pontuação dentre as seis investigadas no IPC. Esta pontuação indica um desempenho moderadamente sólido, o que orienta o poder público a fortalecer as políticas públicas nessa área (Mapa 14).

Todas as regiões do estado apresentam resultados muito próximos, o que reflete pouca desigualdade regional nesse aspecto. O Sertão e a RMM são as que apresentam os melhores resultados, com pontuações médias de 64,02 e 63,17, respectivamente.

Os municípios no estado que apresentam melhores pontuações são Palestina (76,64), Carneiros (74,14) e Delmiro Gouveia (73,44), todos com desempenho sólido e localizados na região do Sertão. Os municípios com pontuações mais baixas são Mata Grande (43,23), Mar Vermelho (43,23) e Igreja Nova (43,47).

Esta dimensão é dividida em quatro subdimensões e seis indicadores. A subdimensão que possui melhor resultado é a de **Educação** (79,09), desempenho sólido e acima das demais subdimensões que possuem um desempenho médio moderadamente fraco: **Saúde** (57,80), **Segurança** (56,64) e **Espaços Públicos** (51,97). No Gráfico 28, estão apresentados os desempenhos dos indicadores que compõem cada subdimensão.

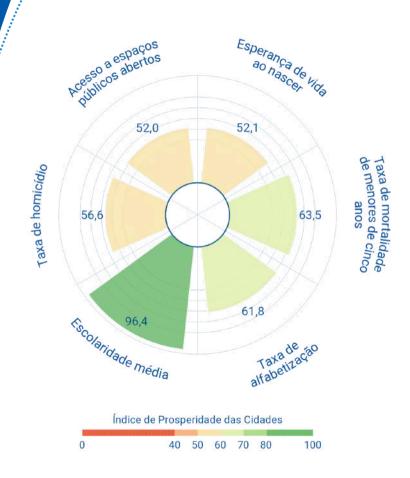
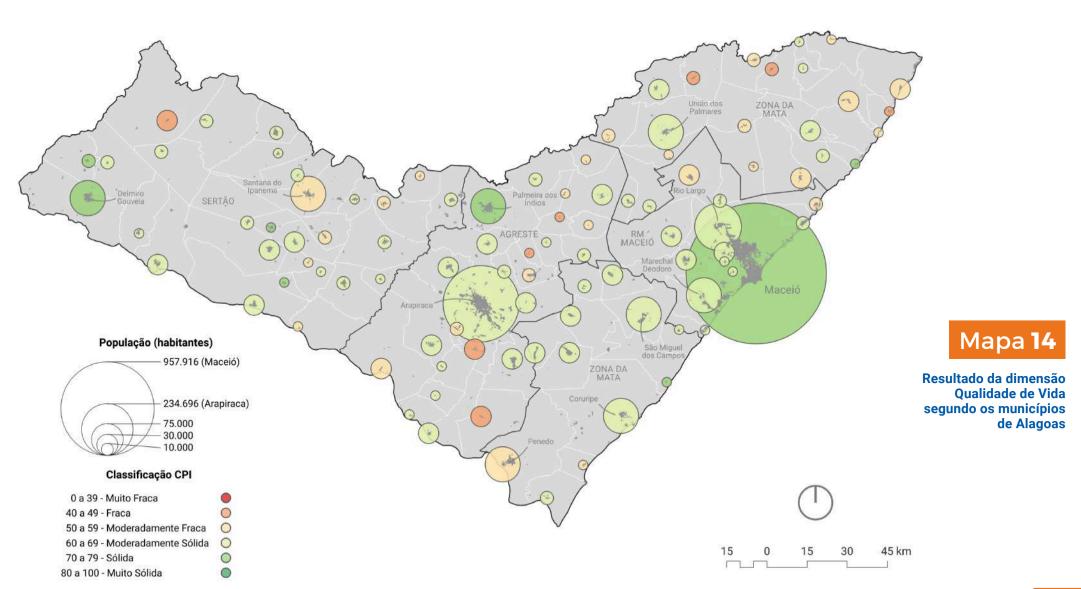




Gráfico 28 -Média de desempenho dos indicadores da dimensão Qualidade de Vida

Qualidade de Vida



Saúde

A subdimensão Saúde é composta pela mensuração de dois indicadores fundamentais para as necessidades humanas básicas.

• Esperança de Vida ao Nascer

 número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente de um local e período específico. O indicador está relacionado às condições necessárias de saúde da população para fomentar o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida das pessoas.

Taxa de Mortalidade de Menores de 5 Anos

 número de óbitos de pessoas menores de 5 anos de idade a cada mil bebês nascidos vivos. É um indicador que reflete condições sociais e econômicas mais precárias e pode ser útil para identificação de locais vulnerabilizados.

A subdimensão Saúde apresenta pontuação média de 57,8 para os municípios de Alagoas, o que significa um desempenho moderadamente fraco, sendo indicado fortalecer as políticas públicas na área da saúde. Nenhum dos 102 municípios alagoanos apresentou desempenho muito sólido nesta subdimensão. Dez municípios configuram-se como sólido, sendo metade da região do Agreste (Mapa 15).

As três maiores pontuações foram dos municípios de Porto de Pedras (79,07) e Jacuípe (77,68) na Zona da Mata e de Barra de São Miguel (78,87) na RMM. A capital Maceió apresentou desempenho moderadamente sólido com nota 61,7.

A região Agreste possui a maior pontuação dentre as diferentes regiões analisadas, com pontuação média de 60,42 e desempenho moderadamente sólido. A região com pontuação mais baixa é a Zona da Mata que alcançou 56,97, portanto, é necessário que o poder público oriente políticas públicas para diminuir as desigualdades regionais no estado. No gráfico 29, está apresentada a proporção das categorias de desempenhos por região.

Há um agrupamento de municípios no entorno do município de Palmeira dos Índios com desempenho muito sólido referente ao indicador Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos. Por se localizar no agreste alagoano, esse resultado deve ser analisado com maior profundidade para entender os motivos para esse desempenho e, por consequência, difundir no estado as boas práticas que ocorrem nesses municípios.

Quando se considera o porte populacional dos municípios, em geral destacam-se negativamente aqueles municípios com população entre 30 e 75 mil habitantes uma vez que não obtiveram desempenho sólido em nenhum dos dois indicadores da subdimensão.

Gráfico 29- Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Taxa de mortalidade de menores de 5 anos



No indicador de **Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos**, os municípios obtiveram nota 59,1, desempenho moderadamente fraco (Gráfico 30). Neste indicador, destacam-se positivamente os menores municípios (população até 10 mil habitantes) com desempenho sólido e nota média de 70.4 (Gráfico 30).

Esse indicador reforça a urgência de priorizar políticas que aprimorem os serviços de saúde e reduzam essa taxa. Nota-se que 13 municípios tiveram um desempenho fraco e cinco obtiveram desempenho muito fraco, não existindo um padrão de ocorrência nas regiões do estado. Isso ressalta a importância de fortalecer políticas descentralizadas, com a participação ativa do governo estadual para impactar positivamente a saúde e o bem-estar da população, garantindo acesso a serviços de qualidade e implementando programas de prevenção e promoção da saúde.

Já no indicador de **Esperança de Vida ao Nascer**, os municípios com população entre 30 e 75 mil habitantes obtiveram nota 54,5, desempenho moderadamente fraco também. As faixas populacionais menores nesse indicador também foram moderadamente fracas, o que indica a necessidade de priorização de políticas na área da saúde para municípios de até 75 mil habitantes (Gráfico 31). Positivamente, destacam-se os três municípios acima de 75 mil (Maceió, Arapiraca e Rio Largo), com média 62,2 e desempenho moderadamente sólido.

A subdimensão Saúde requer uma visão holística, a partir de uma abordagem integrada de políticas públicas, como investir na qualificação dos profissionais da saúde, ampliar o acesso a exames e tratamentos, e desenvolver programas de atenção primária para consolidar, sobretudo, as políticas de esperança de vida ao nascer.

Gráfico 30 - Média das pontuações do indicador Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas

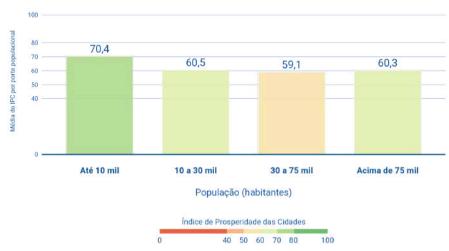
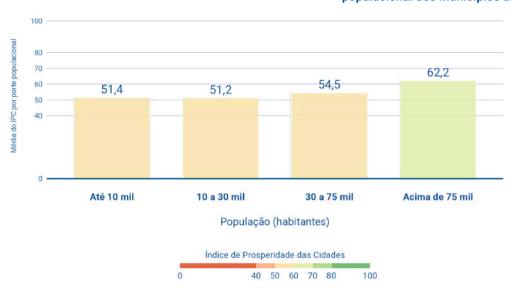


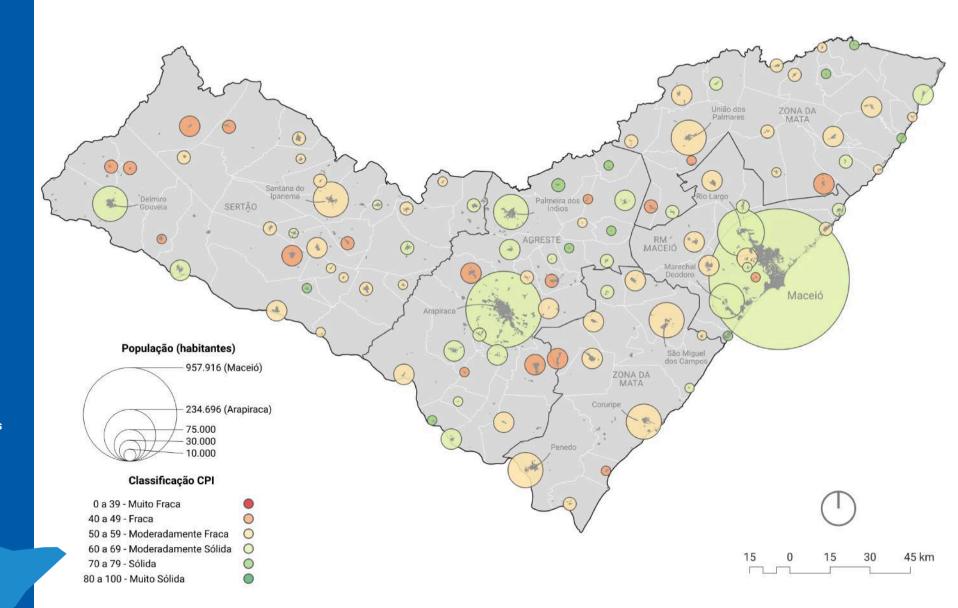
Gráfico 31 - Média das pontuações do indicador Esperança de Vida ao Nascer, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas



Saúde

Mapa **15**

Pontuações da subdimensão Saúde segundo os municípios de Alagoas



Educação

A subdimensão Educação é composta por dois indicadores que mensuram a qualidade da educação básica.

• Taxa de Alfabetização

 proporção da população de 15 anos ou mais que sabe ler e escrever. Este indicador reflete as necessidades educacionais mais básicas, como a capacidade de ler e escrever, além de fomentar a produtividade das cidades, seu crescimento econômico e a qualidade de vida dos habitantes.

• Escolaridade Média

 média de anos de estudo da população acima de 18 anos de idade. Este indicador tem um papel fundamental para indicar a qualificação média da força de trabalho de uma cidade, que é um elemento importante para o desenvolvimento social e econômico.

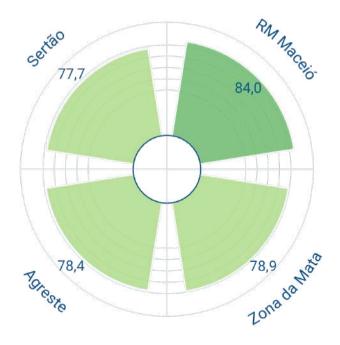
Os resultados da subdimensão Educação para os municípios alagoanos alcançaram um desempenho sólido, obtendo a maior pontuação entre as demais subdimensões, com valor médio de 79,09 (Mapa 16). A RMM possui a pontuação mais elevada de 84,0, sendo a única que atinge um desempenho médio muito sólido (Gráfico 32).

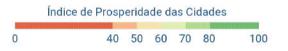
Ainda que os desempenhos sejam positivos na subdimensão Educação, o indicador Taxa de Alfabetização é um ponto de atenção em municípios do Sertão e Agreste, que alcançaram desempenho moderadamente fraco ou fraco (Gráfico 33).

A análise segundo o porte populacional dos municípios aponta para um desempenho moderadamente sólido ou sólido em todos os grupos analisados, com tendência de melhor desempenho para municípios acima de 30 mil habitantes, especialmente para o indicador de Taxa de Alfabetização (Gráfico 34).

Em comparação com a Taxa de Analfabetismo no Brasil, segundo dados da PNAD Contínua 2022, Alagoas é o estado brasileiro com a maior taxa de analfabetismo (16%) e com a menor média de anos de estudo (8,1 anos). Isso evidencia que, mesmo que os resultados do IPC apontem para resultados medianos, ainda é necessário que o poder público avance nas políticas de educação para o estado.

Gráfico 32 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Educação

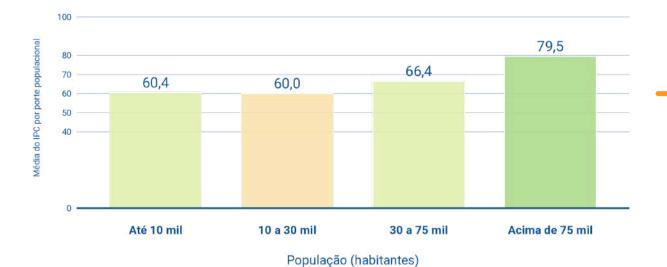




IPC Alagoas — Qualidade de Vida



Gráfico 33 Proporção de municípios
de Alagoas, por regiões,
segundo as categorias de
desempenho do indicador
Taxa de Alfabetização



Índice de Prosperidade das Cidades

40 50 60 70 80

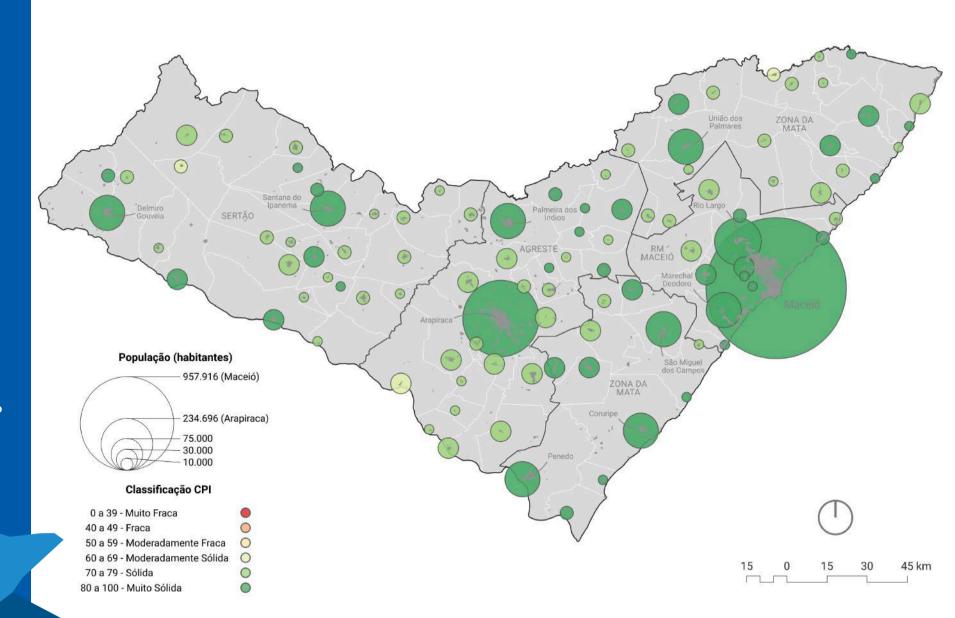
100

0

Gráfico 34 Média de pontuações do
indicador Taxa de
Alfabetização, segundo o
porte populacional dos
municípios de Alagoas

Mapa **16**

Pontuações da subdimensão Educação segundo os municípios de Alagoas



Segurança Pública

A subdimensão Segurança Pública é mensurada pelo indicador **Taxa de Homicídio** que estima o número de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes. Uma baixa criminalidade afeta positivamente o ambiente urbano, a sensação de seguranca e a gualidade de vida das pessoas.

A média dos resultados dos municípios nessa subdimensão foi de apenas 56,64, significando um desempenho moderadamente fraco. Por isso, é necessário que o poder público fortaleça iniciativas que reduzam as taxas de criminalidade nos municípios (Mapa 17)

Analisando as regiões do estado, os resultados melhoram à medida que se interioriza a análise. O Sertão é a região com melhor pontuação média dos seus municípios, com valor de 63,7 pontos, um desempenho moderadamente sólido. Já a RMM é a que apresenta o pior desempenho com pontuação 52,0, desempenho considerado moderadamente fraco (Gráfico 35).

Ao observar o desempenho segundo o porte populacional dos municípios é possível notar uma tendência de resultado mais baixos conforme a população do município aumenta (Gráfico 36).

Os municípios com pontuações mais baixas são Barra de São Miguel (42,45), Campestre (42,34), Maravilha (41,21), Mar Vermelho (40,23) e Roteiro (39,21), todos possuem menos de 10 mil habitantes. No outro extremo, seis municípios não apresentaram ocorrências de CVLI no ano de 2021 e, portanto, obtiveram pontuação 100, sendo eles, Belo Monte, Branquinha, Minador do Negrão, Monteirópolis, Palestina e Pariconha.

A integração das forças de segurança e a implementação de estratégias de prevenção são importantes para reduzir a criminalidade e fortalecer a coesão social, contribuindo para a construção de cidades mais seguras para toda a população.



Gráfico 35 -Média de desempenho das regiões na subdimensão Segurança Pública

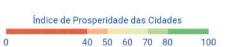
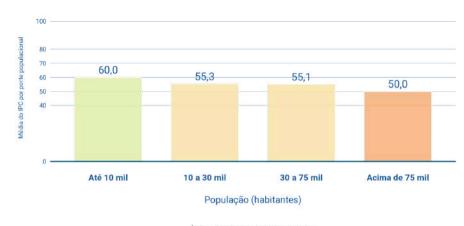


Gráfico 36 Média de pontuações do
indicador Taxa de
Homicídio segundo o
porte populacional dos
municípios de Alagoas

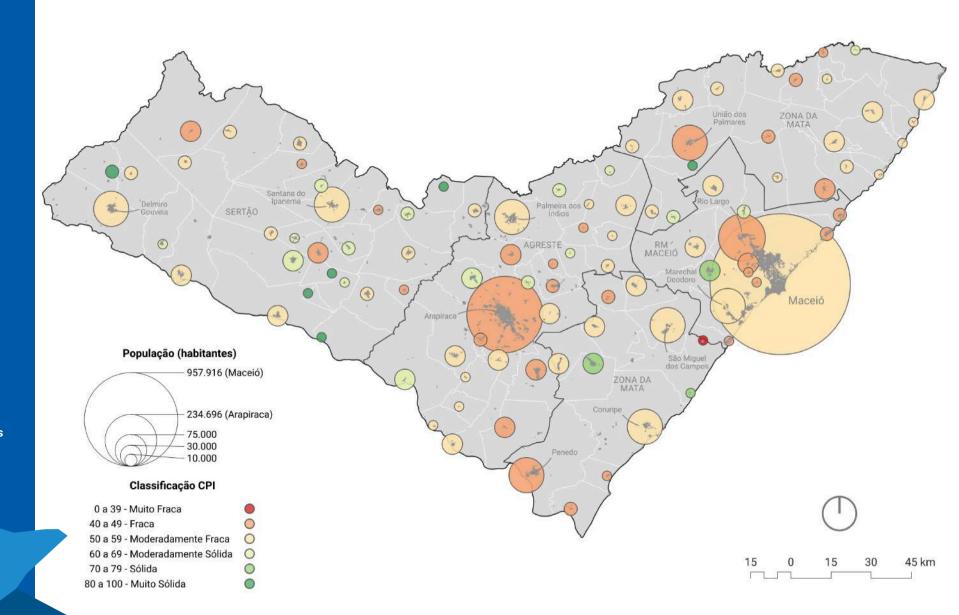
Taxa de homicídio



Segurança Pública

Mapa **17**

Pontuações da subdimensão Segurança Pública segundo os municípios de Alagoas



Espaços Públicos

A subdimensão Espaços Públicos é mensurada de acordo com o indicador **Acesso a Espaços Públicos Abertos**, que estima a porcentagem da população, em área urbanizada, que vive a menos de 400 metros de um espaço público aberto. Na metodologia do IPC, considera-se esses espaços públicos apenas abertos aqueles com acesso permanentemente livre e gratuito, como os parques e áreas verdes de recreação, praças e parques cívicos e equipamentos públicos abertos.

Com uma pontuação média entre os municípios de 51,97, um desempenho moderadamente fraco, a subdimensão possui a pior pontuação média em comparação com as outras de Qualidade de Vida. Desta forma, as esferas de poder, especialmente municipal e estadual, devem priorizar políticas públicas de acesso a espaços públicos (Mapa 18).

A região do Sertão possui o melhor desempenho, com 66% pontuando entre as categorias com desempenho muito sólido, sólido e moderadamente sólido. Na sequência, com predomínio de muito fraco, fraco e moderamente fraco, encontram-se ce a RMM e a Zona da Mata (Gráfico 37).

Percebe-se uma relação direta entre porte populacional dos municípios e o resultado do indicador. Quanto maior é a população, maior a pontuação obtida, portanto, pode-se afirmar que. em Alagoas. os municípios mais populosos conseguem implantar parques, praças, campos e outros tipos de espaços públicos mais próximos de sua população e mais bem distribuídos no espaço urbano (Gráfico 38).

São Miguel dos Milagres, com pouco mais de 2 mil habitantes na área urbana, possui 100% de sua população urbana vivendo próxima a algum espaço público, sendo assim foi o que obteve o melhor desempenho no estado. Entretanto, 13 municípios obtiveram resultado muito precário, com menos de 10% da população próxima a espaços públicos, portanto demandam mais priorização no processo de concepção de políticas específicas para avançar nesse tema.

Gráfico 37 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Acesso a Espaços Públicos Abertos



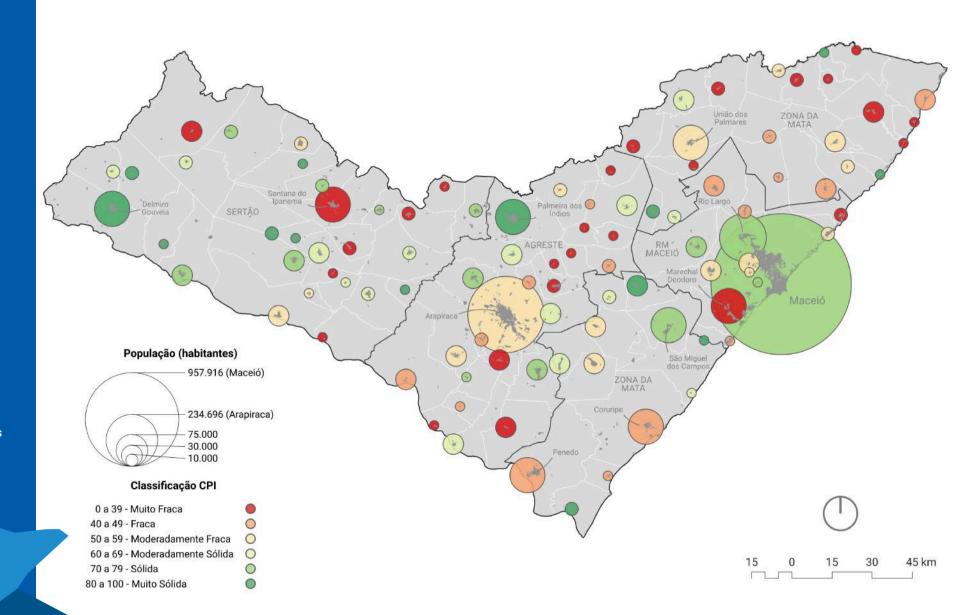
Gráfico 38 - Média de pontuações do indicador Acesso a Espaços Públicos Abertos, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas



Espaços Públicos

Mapa **18**

Pontuações da subdimensão Espaços Públicos segundo os municípios de Alagoas





Equidade e Inclusão Social

42,53 - Fraco

Uma cidade próspera procura promover a equidade e inclusão social de todas as pessoas, garantindo acesso a servicos urbanos e o exercício dos direitos, independente de gênero. classe ou condição de vulnerabilidade.

Com uma pontuação média de 42,53, os municípios alagoanos atingiram um desempenho classificado como fraco, sendo a segunda menor pontuação, entre as dimensões do IPC. Este desempenho indica que o poder público deve priorizar políticas urbanas nessa área (Mapa 19).

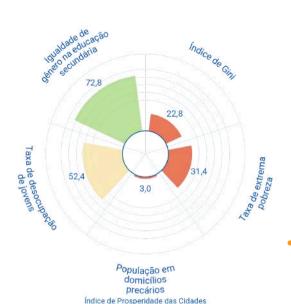
Na média de desempenho entre os municípios, 52,9% estão classificados com o desempenho fraco, 35.3% com desempenho muito fraco e apenas 11.8% com desempenho moderadamente fraco, ou seja, apenas 12 municípios atingiram uma pontuação acima de 50 na classificação, sendo a maior pontuação a do município de Maribondo (55,61).

De modo geral houve pouca variação do resultado entre os municípios, indicando que os problemas com equidade e inclusão social são relativamente homogêneos no território, por exemplo, mesmo a RMM e a Zona da Mata, que atingiram as majores notas. 44.1 e 43.9. respectivamente, estão bem próximas do Agreste (41.1) e Sertão (41.6) (Gráfico 39).

Esta dimensão é composta por três subdimensões e cinco indicadores, sendo que a subdimensão Inclusão de Gênero apresenta um resultado à frente das demais, com pontuação média de 72,80 (desempenho sólido), seguida por Inclusão Social (27.65) e Equidade Econômica (27.13), ambas com um desempenho muito fraco. No Gráfico 40, estão apresentados os desempenhos dos indicadores que compõem cada subdimensão.







40 50 60 70 80

Gráfico 40 -Média de desempenho dos indicadores da dimensão Equidade e

Gráfico 39 -Média de desempenho das regiões na

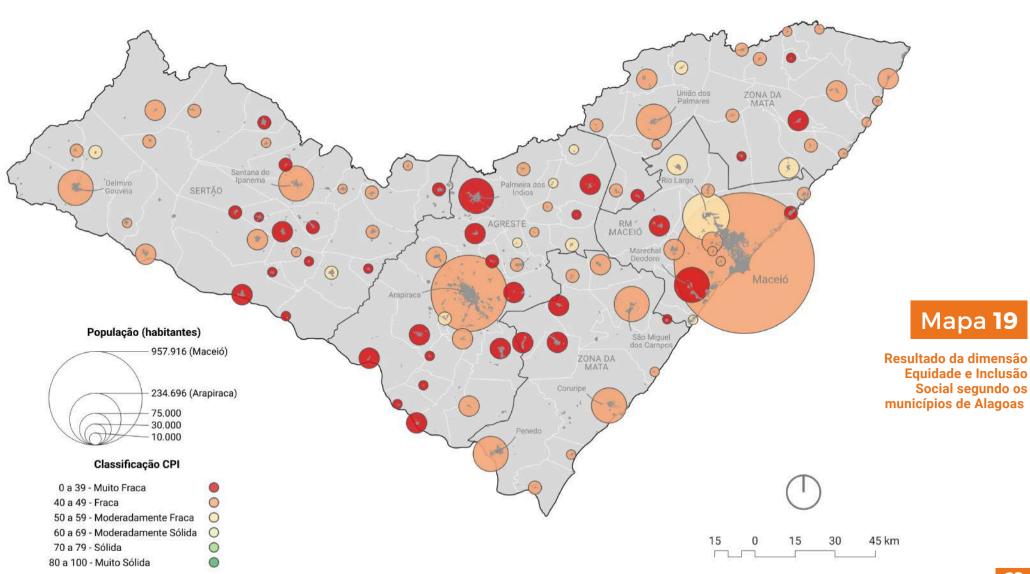
dimensão de

Inclusão Social

Fauidade e



Equidade e Inclusão Social



Equidade Econômica

A subdimensão Equidade Econômica possui dois indicadores em sua mensuração que buscam medir as oportunidades de vida.

• Índice de Gini

o inequidade da distribuição de renda (ou gasto com consumo) entre a população. A desigualdade de renda é uma barreira para o desenvolvimento de uma cidade próspera e está relacionada a altas taxas de criminalidade e infelicidade.

Taxa de Extrema Pobreza

o percentual da população com renda diária abaixo da linha internacional da pobreza.

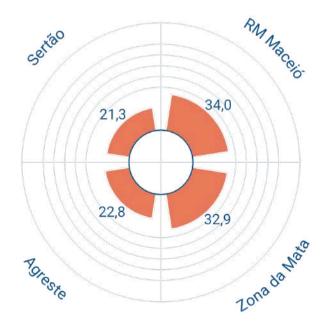
Essa subdimensão apresentou uma pontuação média de 27,13 pontos, desempenho muito fraco. Por regiões, o Sertão teve o pior desempenho (21,3), seguido do Agreste (22,8). Os 30 municípios com menores resultados estão concentrados nas duas regiões, evidenciando a carência de ações específicas para reduzir a extrema pobreza e promover uma distribuição mais equitativa de renda nessas localidades (Gráfico 41).

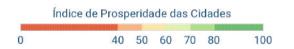
Em relação ao porte populacional dos municípios, no indicador de Extrema Pobreza nota-se um desempenho levemente superior em municípios maiores (Gráfico 42). Contudo, no Índice de Gini, as cidades têm comportamentos contrários, ou seja, os resultados tendem a piorar à medida que a faixa populacional aumenta (Gráfico 43). Esse é um ponto importante a ser considerado na aplicação de políticas públicas de combate à pobreza e desigualdade econômica e social, pois reflete a concentração de renda nos maiores centros urbanos.

O baixo desempenho dos municípios se deu nos dois indicadores que aferem esta subdimensão. Em relação ao Índice de Gini, apenas três municípios se destacam com desempenho pouco melhores, Branquinha com desempenho moderadamente fraco, Jacuípe e Roteiro com desempenho fraco. A Taxa de Extrema Pobreza também resultou em um desempenho muito fraco na maior parte do estado, apenas 12 municípios atingiram o desempenho fraco e três moderadamente fraco.

Para superar o quadro apresentado por essa sudimensão é importante que as intervenções e ações públicas considerem a realidade local e as disparidades econômicas e sociais, inclusive em sua composição e ocupação geográfica.

Gráfico 41 - Média de desempenho das regiões na subdimensão Equidade Econômica





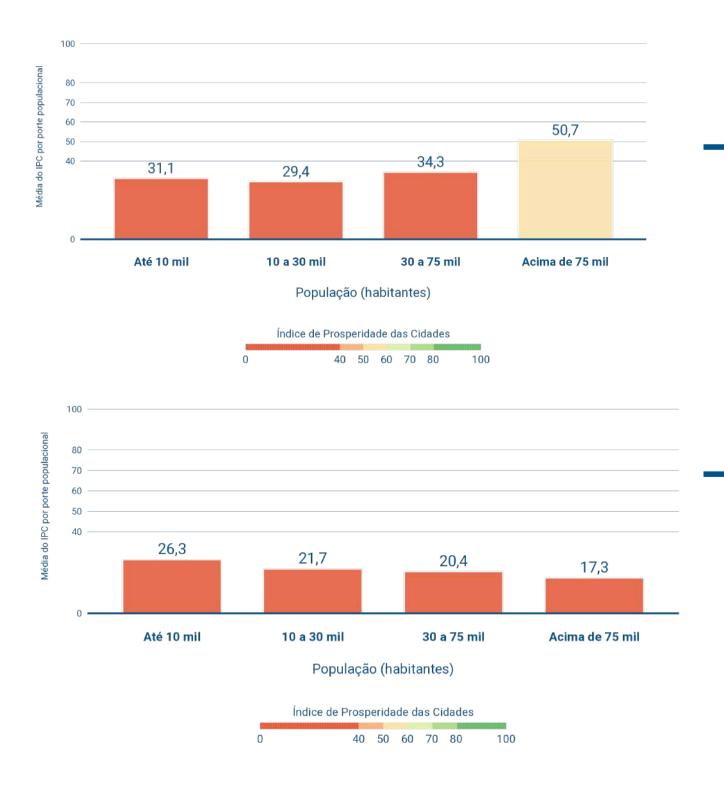
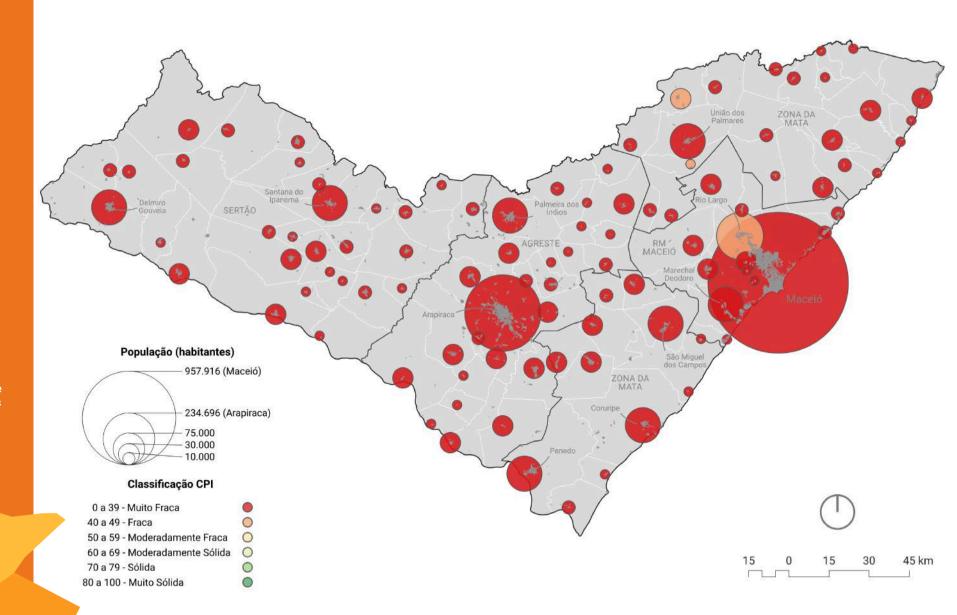


Gráfico 42 Média de pontuações do indicador
Taxa de Extrema Pobreza, segundo
o porte populacional dos
municípios de Alagoas

Gráfico 43 Média de pontuações do
indicador Índice de Gini,
segundo o porte populacional
dos municípios de Alagoas

Mapa **20**

Pontuações da subdimensão Equidade Econômica segundo os municípios de Alagoas



Inclusão Social

A subdimensão Inclusão Social é mensurada por dois indicadores relacionados à qualidade dos domicílios e a ocupação de jovens no mercado de trabalho.

• População em Domicílios Precários

 proporção de pessoas vivendo em domicílios sujeitos a uma ou mais das seguintes precariedades: falta de acesso a água tratada, falta de acesso a esgotamento sanitário ou fossa séptica, falta de espaço de moradia suficiente, falta de coleta de lixo por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza.

• Taxa de Desocupação de Jovens

 relação o percentual de pessoas jovens (de 15 a 24 anos) desocupadas em relação a população economicamente ativa jovem.

O resultado médio da subdimensão para os municípios alagoanos foi de 27,65, um desempenho muito fraco, sendo necessário a priorização de políticas urbanas (Mapa 20). Todas as regiões do estado apresentam um baixo desempenho, sendo mais grave nos municípios das RMM (20,1) e Zona da Mata (23,1) (Gráfico 44).

Uma análise segundo o porte populacional não revela grandes distinções, embora os municípios de até 30 mil habitantes tenham resultados ligeiramente superiores àqueles com porte populacional maior. A homogeneidade em relação ao baixo desempenho nesta subdimensão está ligada ao indicador População em Domicílios Precários, com desempenho muito fraco em todos os municípios, sendo que 82 deles receberam a pontuação zero devido ao valor elevado do indicador.

A Taxa de Desocupação de Jovens apresentou um padrão territorial de maior concentração nos municípios mais próximos ao litoral, sendo que 85% na RMM e 44% na Zona da Mata tiveram desempenho muito fraco (Gráfico 45).

Os resultados apontam que é fundamental estimular a educação de qualidade e atrativa, junto a geração de emprego e renda para a população jovem, levando em consideração os seus anseios e aspirações.

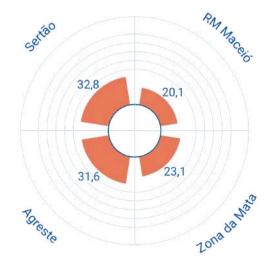


Gráfico 44 -Média de desempenho das regiões na subdimensão Inclusão Social

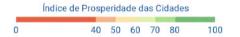
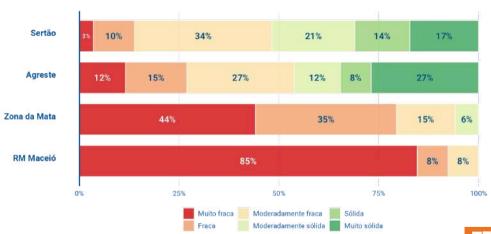
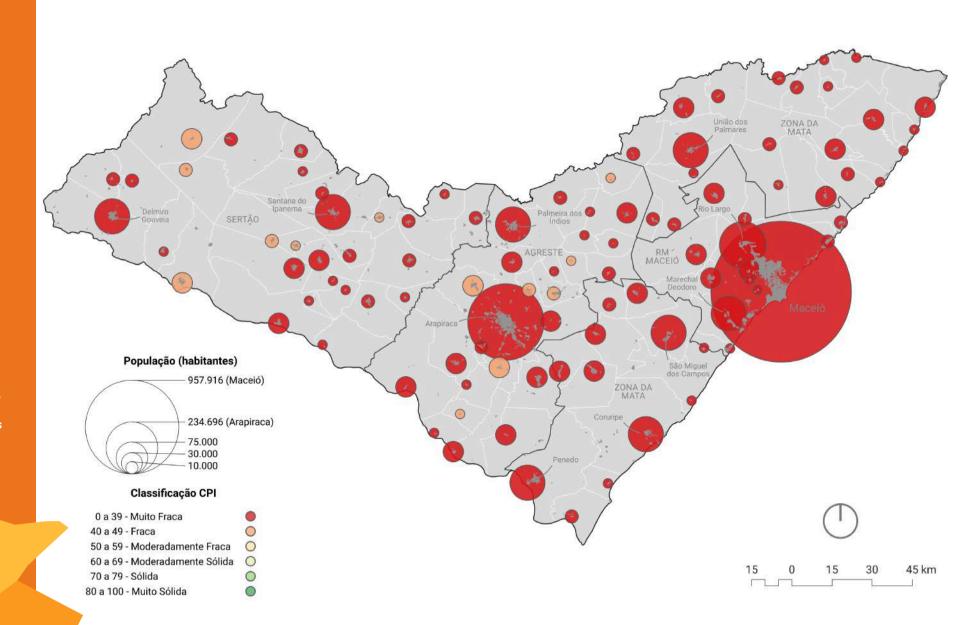


Gráfico 45 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Taxa de Desocupação de Jovens



Mapa **21**

Pontuações da subdimensão Inclusão Social segundo os municípios de Alagoas



Inclusão de Gênero

A subdimensão Inclusão de Gênero é mensurada pelo indicador **Igualdade de Gênero na Educação Secundária**, que mede a relação entre homens e mulheres inscritos no ensino médio e a população total entre 15 e 19 anos.

Os municípios alagoanos obtiveram uma classificação sólida nesta subdimensão, atingindo em média 72,80 pontos, o que demanda a consolidação das políticas urbanas que garantam o acesso equitativo à educação secundária. Para isso, é importante fortalecer programas de conscientização e educação sobre os direitos das meninas e mulheres, bem como a importância da igualdade de gênero, visando combater estereótipos e práticas discriminatórias (Mapa 22).

Apenas alguns municípios das regiões do Sertão e Agreste apresentaram desempenho muito fraco; e três regiões (Sertão, Zona da Mata e RMM) demonstraram desempenho predominantemente sólido, o que indica a necessidade de consolidação de políticas urbanas nestas regiões (Gráfico 46).

A análise de municípios segundo o porte populacional revelou que o grupo dos municípios com mais de 75 mil habitantes, se destaca com um desempenho muito sólido e pontuação média de 89,8, enquanto os municípios menores apresentam um desempenho sólido com pontuação média de 70,7 (Gráfico 47).

A taxa de matrícula entre mulheres e homens impactou positivamente o resultado geral da dimensão, uma vez que 61 municípios atingiram um desempenho sólido ou muito sólido e apenas 3, um desempenho muito fraco (Jacaré dos Homens; São Brás e Olivença).

Esse fato reflete algum equilíbrio de gênero no acesso ao ensino secundário, um primeiro passo para erradicar a desigualdade de gênero. Contudo, vale destacar que, embora as mulheres tenham tido, em muitas partes do mundo, um aumento da sua inclusão escolar e até melhor desempenho que homens, isso não tem se traduzido no fim da desigualdade salarial entre homens e mulheres (UN-Women, 2018). Para enfrentar essa realidade é preciso que o poder público trate do tema de forma transversal, incluindo a pauta de equidade e transversalidade de gênero.

Gráfico 46 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Igualdade de Gênero na Educação Secundária

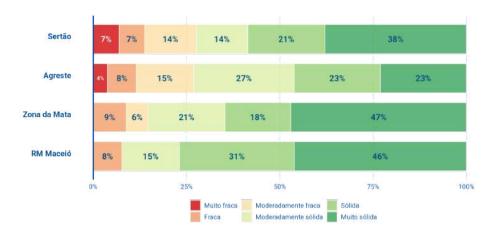
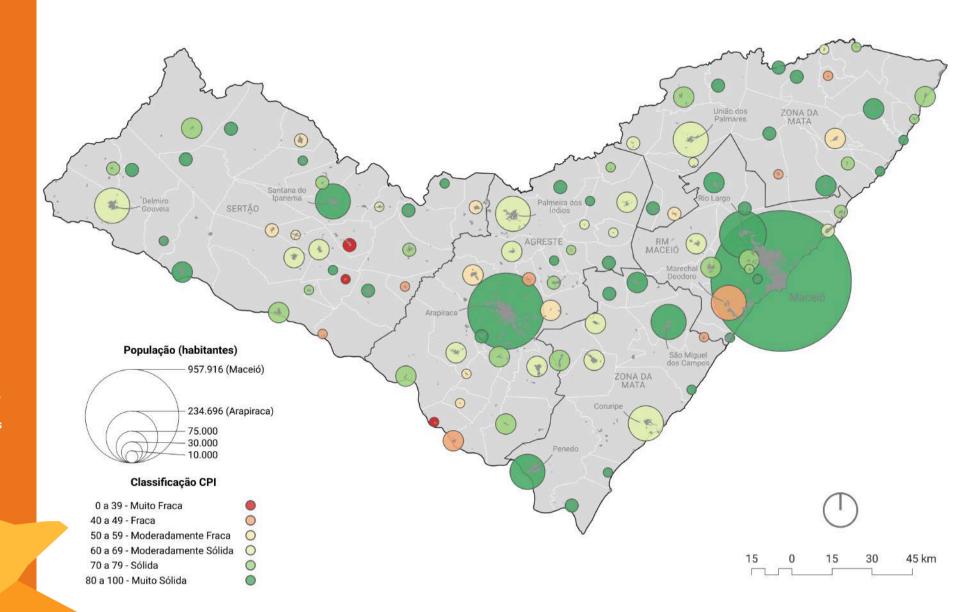


Gráfico 47 - Média de pontuações do indicador Igualdade de Gênero na Educação Secundária, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas



Mapa **22**

Pontuações da subdimensão Inclusão de Gênero segundo os municípios de Alagoas





Sustentabilidade Ambiental

33,06 – Muito fraco

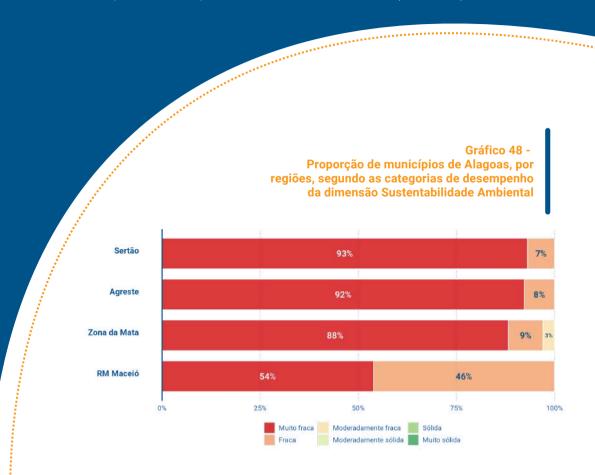
Uma cidade próspera é capaz de manter o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente, como forma de sustentar as condições de vida de sua população e de todas as espécies. Para tanto, é fundamental a promoção de políticas públicas apropriadas e assertivas para mitigar os impactos ambientais, enfrentar as mudanças climáticas e evitar danos permanentes aos ecossistemas.

A dimensão Sustentabilidade Ambiental atingiu uma pontuação média de 33,06 entre os municípios de Alagoas, classificado como desempenho muito fraco e ficando na última posição entre as dimensões analisadas pelo IPC. Este desempenho indica a urgência de intervenção dos poderes públicos com a priorização de políticas urbanas focadas nas vulnerabilidades ambientais (Mapa 23).

Nesta dimensão, apenas o município de Teotônio Vilela, na Zona da Mata, atingiu um desempenho considerado moderadamente fraco. Outros treze municípios alcançaram uma classificação de desempenho fraco. Todos os municípios restantes não atingiram 40 pontos na classificação do IPC, ou seja, 88 municípios alagoanos possuem um desempenho muito fraco na dimensão. Em consequência disso, todas as regiões apresentam um desempenho muito fraco, o que indica um desafio em todos os municípios do estado, conforme apontado no gráfico 48.

Entre as três subdimensões que compõem a dimensão Sustentabilidade Ambiental, a que obteve o melhor desempenho foi subdimensão **Qualidade do Ar** com uma pontuação de 51,2, desempenho moderadamente fraco, seguida por **Gestão de Resíduos** (41) e **Energia Sustentável** (7), com desempenho fraco e muito fraco respectivamente (Gráfico 49).

Ao analisar os municípios em razão de seu porte populacional é possível notar que municípios mais populosos tendem a possuir um melhor desempenho na dimensão, especialmente aqueles acima de 75 mil habitantes (Gráfico 50).



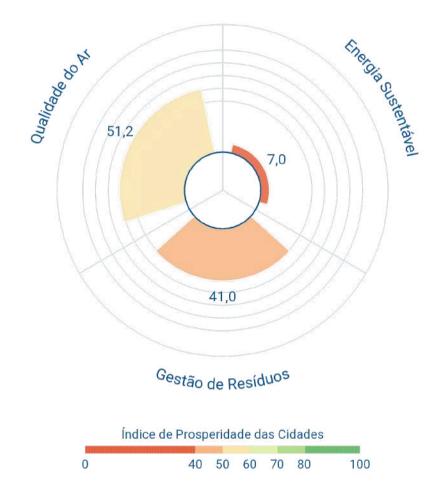
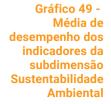
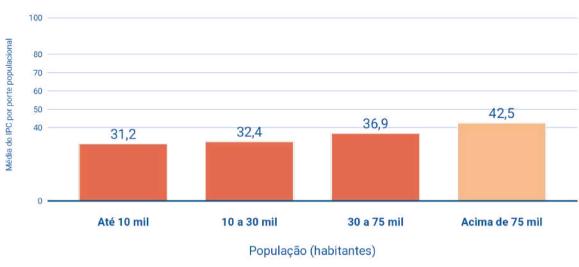


Gráfico 50 Média de pontuações da
dimensão
Sustentabilidade
Ambiental, segundo o
porte populacional dos
municípios de Alagoas





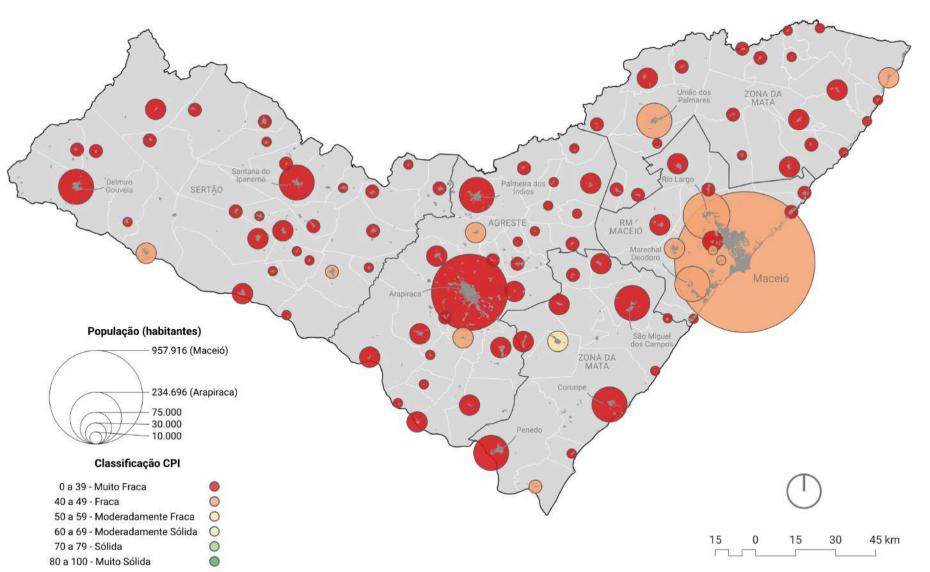
Índice de Prosperidade das Cidades

40 50 60 70 80

100

Sustentabilidade Ambiental





Mapa **23**

Resultado da dimensão Sustentabilidade Ambiental segundo os municípios de Alagoas

Qualidade do Ar

A subdimensão Qualidade do Ar é mensurada por meio do indicador **Emissões de CO² per capita**, que mede a quantidade de emissões de dióxido de carbono (CO²) em relação a sua população. As principais fontes de emissão de CO² e outros gases do efeito estufa são atividades humanas como queima de combustíveis fósseis, desmatamento e agropecuária.

A subdimensão obteve desempenho moderadamente fraco, com 51,22 pontos, porém um resultado melhor em comparação com outras sudimensões da Sustentabilidade Ambiental, sendo recomendado o fortalecimento de políticas urbanas (Mapa 24)

Apesar do desempenho moderadamente fraco, 31% dos municípios apresentaram desempenho fraco ou muito fraco, o que indica que em parte do território é necessário priorizar as políticas nessa área.

A RMM (56,96) atingiu a maior pontuação, seguida pela Zona da Mata (51,39) e Sertão (50,89), classificadas com desempenho moderadamente fraco. Agreste (47,78) foi a única região que recebeu a classificação de desempenho fraco, sendo recomendada a priorização de políticas urbanas na região. No gráfico 51, são apresentadas as proporções de municípios por região.

Ao avaliar os resultados segundo o porte populacional é possível notar uma tendência de melhores pontuações em municípios mais populosos. Municípios de até 10 mil habitantes alcançaram a menor média se comparados com os demais grupos de análise. Por conta do seu desempenho fraco é indicada a priorização de políticas urbanas no tema (Gráfico 52).

Gráfico 51 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, na subdimensão Qualidade do Ar

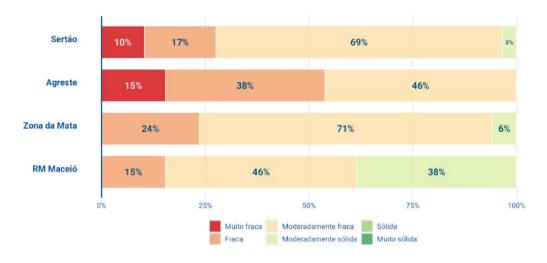
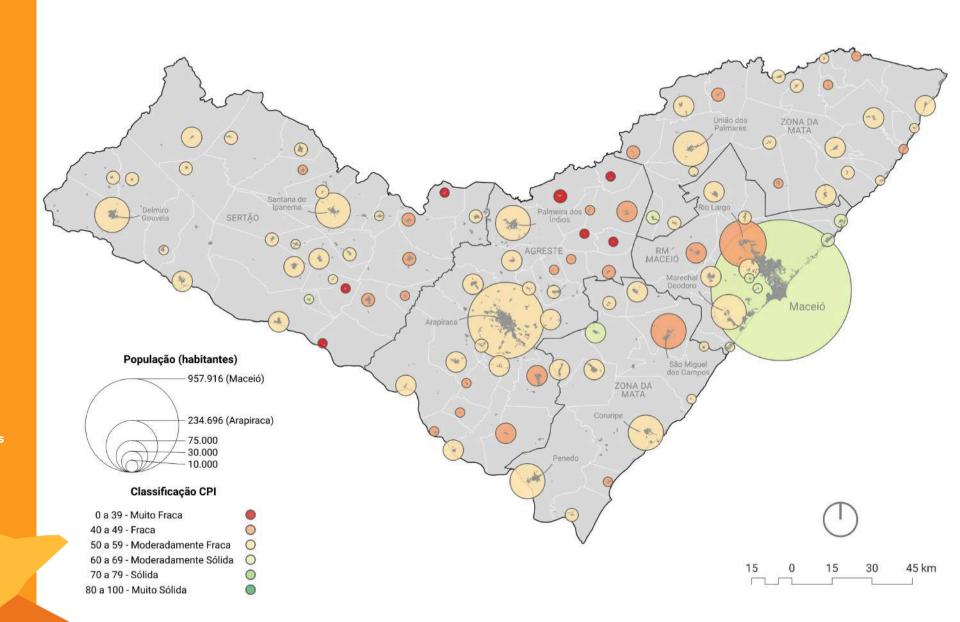


Gráfico 52 - Média de pontuações do indicador Emissões de CO² per capita, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas



Mapa **24**

Pontuações da subdimensão Qualidade do Ar segundo os municípios de Alagoas



Gestão de Resíduos Sólidos

A subdimensão Gestão de Resíduos Sólidos é mensurada a partir do resultado de dois indicadores inerentes à qualidade do manejo dos resíduos produzidos na cidade.

• Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos

 Relação de domicílios que contam com serviço de coleta de resíduos sólidos. O objetivo do indicador é conhecer a cobertura dos serviços de coleta das habitações e consequentemente a redução da incidência de doenças relacionadas ao descarte inadequado de lixo e seu impacto no meio-ambiente.

• Tratamento de Esgoto

 Porcentagem de esgoto tratado. Este indicador é relevante porque um sistema de saneamento adequado ajuda a isolar o esgoto e outros contaminantes das fontes de água potável, evitando danos ao ecossistema e problemas de saúde pública.

A partir desses indicadores, a subdimensão atingiu um valor médio de 40,99 entre os municípios de Alagoas, sendo, portanto, desempenho fraco e recomendado a priorização de políticas urbanas para melhorar os seus dois indicadores (Mapa 25).

Considerando a regionalização, Agreste (36,90) e RMM (35,62) obtiveram desempenho muito fraco. Já o Sertão (42,33) e Zona da Mata (45,01) atingiram desempenho fraco. Entre os municípios, apenas três (Maragogi, Piaçabuçu e Teotônio Vilela) obtiveram desempenho muito sólido, e 31 municípios obtiveram um desempenho muito fraco com média de 10.9 pontos.

Analisando por faixa populacional, é possível identificar que os municípios com mais de 30 mil habitantes obtiveram melhores desempenhos, nos dois indicadores. Porém, o indicador de tratamento de esgoto, ainda que seja melhor nesses municípios, apresenta desempenho muito fraco em todas as classificações de acordo com o porte populacional (Gráfico 53) (Gráfico 54).

Tal fato se justifica principalmente porque neste indicador, de tratamento de esgoto, mais de 90% obtiveram desempenho muito fraco e apenas Piaçabuçu, Teotônio Vilela e Igaci atingiram uma pontuação considerada muito sólida; e Maragogi e Feira Grande alcançaram um desempenho sólido. Quanto aos demais, 77 municípios não pontuaram neste indicador (Gráfico 55).

Diante desse contexto, é fundamental fortalecer os investimentos e a regulação do setor para garantir a efetividade dos investimentos realizados, contribuindo para a promoção de uma gestão adequada dos resíduos sólidos e a abrangência do serviço de tratamento de esgoto em todo os municípios do estado.



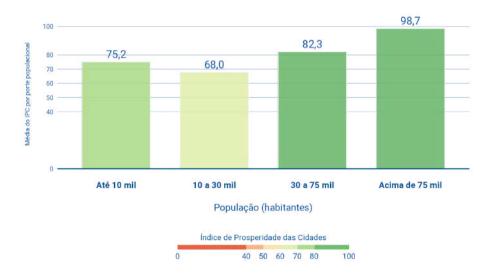


Gráfico 54 -Média de pontuações do indicador Tratamento de Esgoto, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas

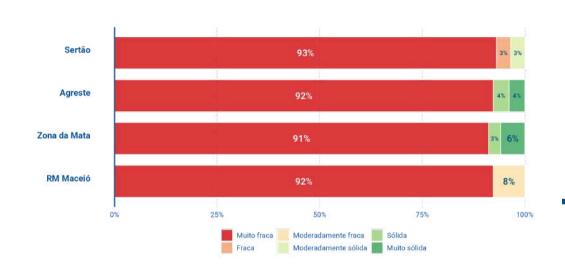


Gráfico 53 -Média de pontuações do indicador Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos, segundo o porte populacional dos municípios de Alagoas

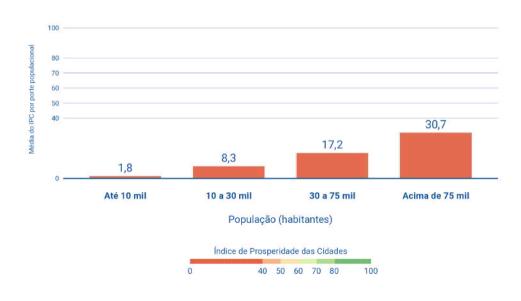
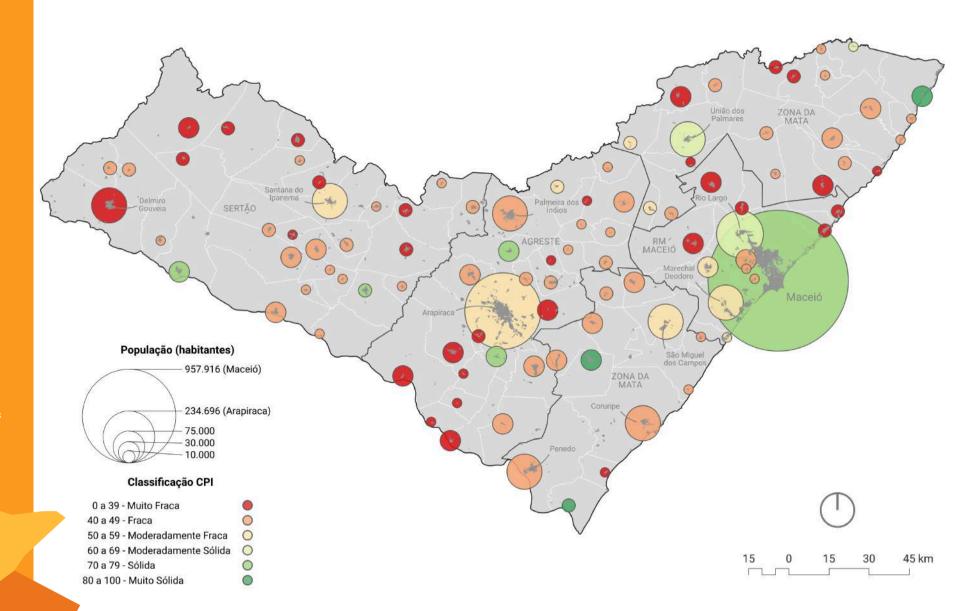


Gráfico 55 -Média de pontuações dos municípios, por região, no indicador Tratamento de Esgoto

Pontuações da subdimensão Gestão de Resíduos Sólidos segundo os municípios de Alagoas



Energia Sustentável

A subdimensão Energia Sustentável é mensurada por meio do indicador **Proporção de Energia Sustentáve**l, que mede a proporção de energia produzida oriunda de fontes renováveis em razão do total de energia gerada.

É importante buscar fontes alternativas de energia que sejam sustentáveis para substituir aquelas que contribuem para o agravamento das mudanças climáticas no planeta.

Nessa subdimensão é avaliado o esgotamento dos recursos não renováveis considerando o percentual de energia renovável em razão total de energia elétrica.

Com um desempenho muito fraco, esta foi a subdimensão que atingiu o menor resultado entre aquelas que compõem a dimensão Sustentabilidade Ambiental, pontuando apenas 6,96 pontos, o que demanda a priorização de políticas neste setor.

Essa subdimensão possui uma peculiaridade na forma como os dados necessários para o seu cálculo são disponibilizados pelo Balanço Energético Nacional, existindo apenas a disponibilidade ao nível estadual, desta forma, o valor calculado para o estado é replicado igualmente para todos os municípios, independentemente de sua região ou porte populacional.

Cabe ressaltar que, de acordo com a metodologia do IPC, a energia hidrelétrica não deve ser considerada juntamente com outras fontes renováveis (eólica, geotérmica, solar fotovoltaica), devido ao fato de que grandes represas e reservatórios produzem impactos significativos aos ecossistemas atingidos, tais como a criação de barreiras para peixes migratórios e a interrupção do depósito de sedimentos necessários para o cultivo agrícola à jusante.





Governança e Legislação

66,53 – Moderadamente sólido

A governança urbana possui a função de assegurar que as demais dimensões da prosperidade estejam balanceadas, não apresentando grandes diferenças entre elas. Para alcançar a prosperidade urbana é necessário que a legislação local e as estruturas da administração pública e participação funcionem harmonizando o funcionamento das demais dimensões, evitando perdas e efeitos negativos.

Essa dimensão foi a que atingiu a maior pontuação entre as dimensões investigadas pelo IPC, pontuando em média a 63,53 pontos entre os municípios de Alagoas, desempenho classificado como moderadamente sólido (Mapa 26).

A dimensão é composta de três subdimensões: **Governança da Urbanização**, que atingiu o melhor desempenho com uma pontuação máxima em todos os municípios; **Participação**, que obteve um desempenho sólido (71,4); e **Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais** (28,1) que atingiu a menor pontuação, sendo classificada com um desempenho fraco (Gráfico 56).

Maceió e Atalaia obtiveram as melhores pontuações no estado, 83,23 e 82,35 respectivamente. Já Flexeiras (49,45), Novo Lino (46,59) e Matriz de Camaragibe (46,32) alcançaram o menor desempenho, sendo recomendado a priorização de suas políticas urbanas.

A maioria das regiões obtiveram um desempenho moderadamente sólido, com exceção da RMM que atingiu o melhor desempenho, com 15% (muito sólido). A Zona da Mata foi a única que apresentou pior desempenho, com 9% (fraco) (Gráfico 57).

Esses resultados apontam para a necessidade de fortalecimento das políticas na área de governança e legislação para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e eficiente em todo o território. A promoção da participação cidadã, fortalecimento da transparência institucional e desenvolvimento de marcos regulatórios fiscais claros são alguns dos instrumentos essenciais para alcançar resultados ainda mais sólidos.

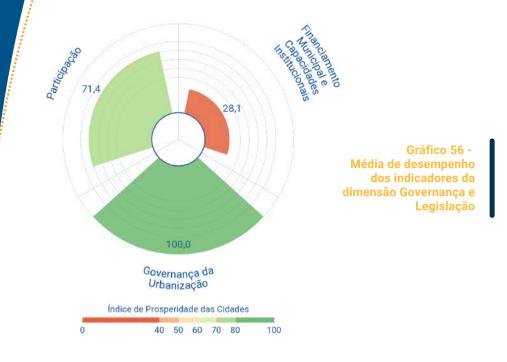
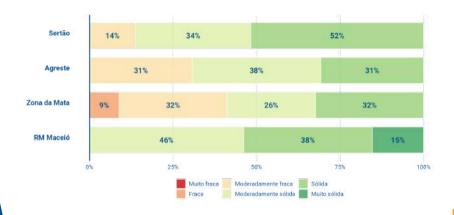
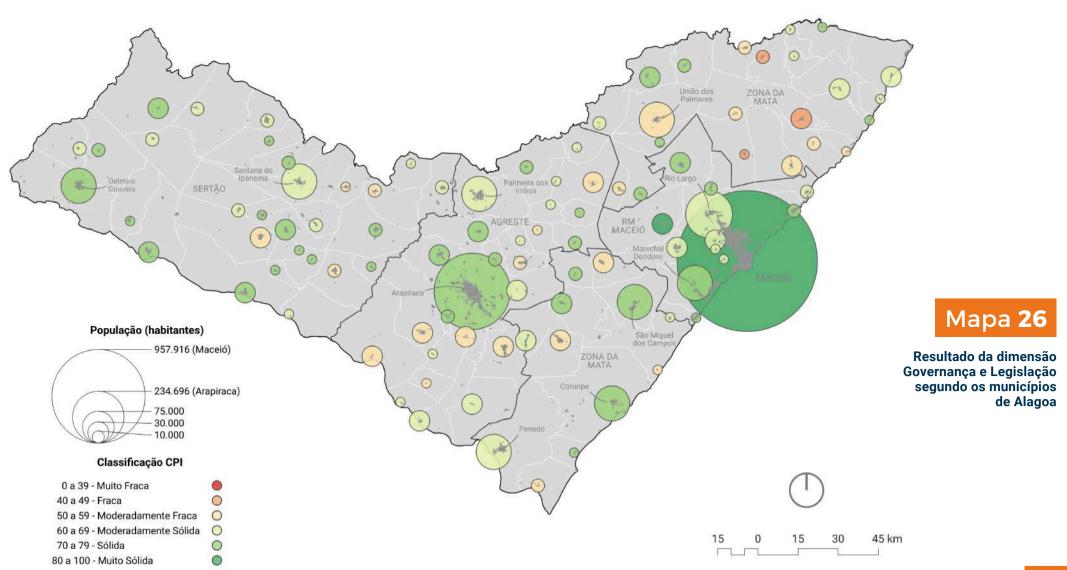


Gráfico 57 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho da dimensão Governanca e Legislação



Governança e Legislação





Participação

A subdimensão Participação mede o comparecimento popular nas eleições e a transparência do governo local por meio de dois indicadores.

• Participação Eleitoral

 proporção de pessoas que compareceram às urnas em razão das pessoas aptas a votar em uma eleição, indicando o grau de engajamento civil. Uma alta participação eleitoral aumenta as chances de que um sistema político reflita os anseios sociais e garanta maior legitimidade ao governo.

• Acesso à Informação Pública

 proporção de acesso à informação pública por meio da internet, avaliando a transparência pela quantidade de elementos informativos disponibilizados na página oficial da municipalidade.

Nessa subdimensão, os municípios alagoanos atingiram uma pontuação média de 71,44 pontos, indicando um desempenho sólido, ou seja, é recomendado que o poder público consolide as políticas urbanas nessa área (Mapa 27).

Um destaque positivo são três regiões alcançando desempenho sólido. Apenas a Zona da Mata (67,3) obteve uma média menor que a estadual, sendo classificada com moderadamente sólida, o que aponta para o fortalecimento de políticas urbanas na região (Gráfico 58).

O desempenho dos municípios em relação ao seu porte populacional indica uma leve melhora no desempenho desta subdimensão. Conforme o aumento do número de habitantes, é possível notar que municípios de até 10 mil habitantes alcançaram uma pontuação média inferior à média do estado, enquanto os demais crescem progressivamente. Ao todo, 21 municípios atingiram um desempenho muito sólido, entre eles, Maceió (82,5) e Arapiraca (80,4) são as duas cidades mais populosas do estado (Gráfico 59).

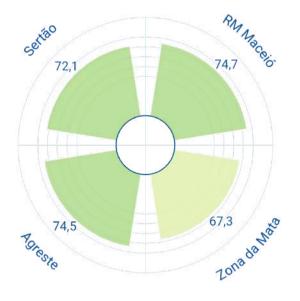


Gráfico 58 -Média de desempenho das regiões na subdimensão Participação

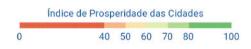


Gráfico 59 Média de pontuações da
subdimensão
Participação, segundo o
porte populacional dos
municípios de Alagoas



O desempenho sólido nesta subdimensão é alavancado pelo voto obrigatório e o arcabouço legal vigente para a transparência das ações dos governos.

No indicador de Participação Eleitoral, nenhum município atingiu uma pontuação inferior a 70 pontos. Em relação ao indicador de Acesso de Informação Pública, 51 municípios atingiram um desempenho sólido ou muito sólido, 31 atingiram desempenho moderadamente fraco ou moderadamente sólido e, apenas 20 como fraco ou muito fraco. No gráfico 60, são apresentadas as proporções de municípios por região.

O médio desempenho nessa subdimensão indica bom engajamento cívico e transparência nas informações governamentais, mas demanda atenção aos municípios que tiveram um desempenho inferior, especialmente na 7 ona da Mata.

Destaca-se ainda que o indicador Acesso à Informação Pública representa um desafio significativo em algumas cidades, sendo necessário melhorar o acesso público às informações governamentais e promover assim mais transparência e participação popular.

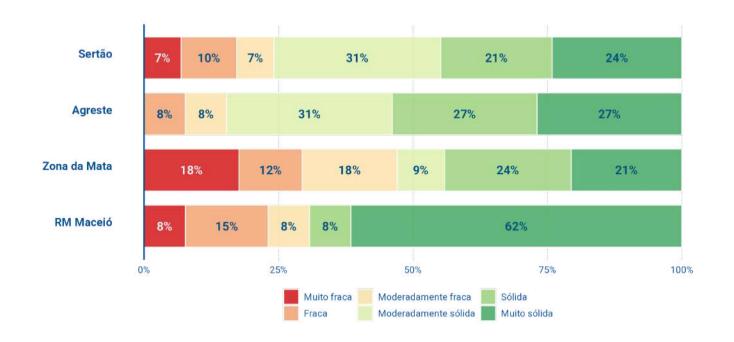
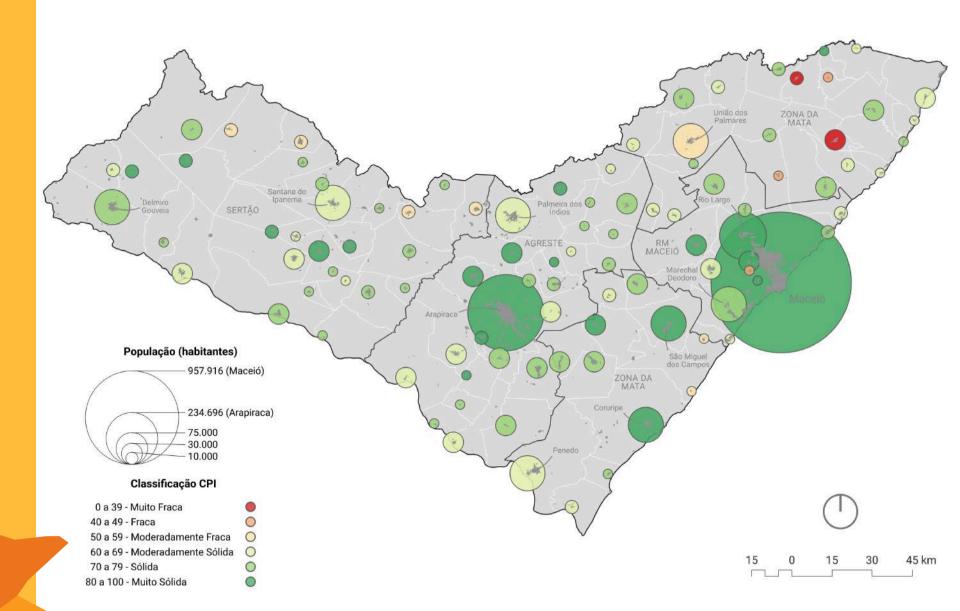


Gráfico 60 -Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Acesso à Informação Pública

Participção

Mapa **27**

Pontuações da subdimensão Participação segundo os municípios de Alagoas



Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais

A subdimensão Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais é mensurada a partir de dois indicadores que medem a eficiência institucional municipal em planejamento de gastos e mobilização de recursos.

• Geração de Receita Própria

 relação da receita própria sobre o total de receitas do município, com o objetivo de avaliar a capacidade institucional de uma cidade por meio da sua mobilização de recursos para custear demandas locais.

• Eficiência das Despesas Locais

 gasto real em razão do gasto orçado para o município. Essa proporção afere o equilíbrio entre as despesas orçadas e liquidadas, avaliando a capacidade de um município de gerir seus recursos.

Esta subdimensão foi a que atingiu a menor pontuação (28,15) na dimensão Governança e Legislação, obtendo um desempenho muito fraco (Mapa 28).

Na análise por regiões, a RMM (38,2) e o Sertão (33,2) se destacam com as maiores pontuações (Gráfico 61). Este resultado aponta que o poder público deve investir esforços na priorização de políticas urbanas no tema.

Ao analisar o desempenho médio dos municípios segundo o porte populacional, em ambos os indicadores, é possível observar que municípios entre 10 mil e 30 mil habitantes são os que enfrentam os maiores desafios nesta subdimensão, uma vez que obtiveram pontuações abaixo da média estadual (Gráfico 62 e 63).

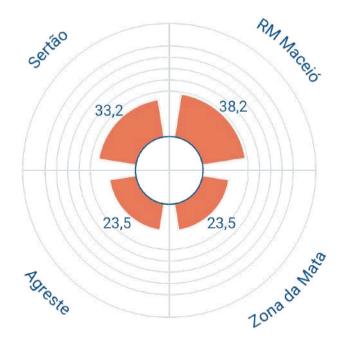


Gráfico 61- Média de desempenho por região na subdimensão Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais

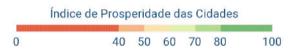
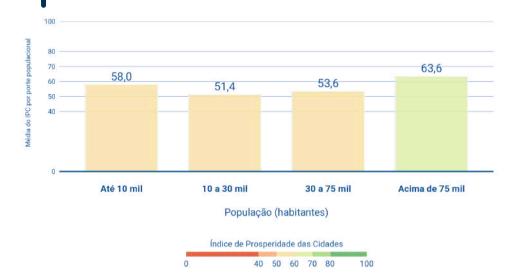


Gráfico 62 - Média de pontuações do indicador Eficiência das Despesas Locais, segundo porte populacional dos municípios de Alagoas



O desempenho dos municípios no indicador de Geração de Receita Própria foi muito fraco na maioria dos municípios, sendo que em 92 deles não atingiram o valor mínimo exigido e, portanto, não pontuaram. Apenas alguns dos municípios da RMM obtiveram um desempenho um pouco melhor, mas ainda considerado fraco, como Maceió, com cerca de 34,6 pontos. No gráfico 64, são apresentadas as proporcões de munícipios por região.

Por fim, esse resultado indica a fragilidade da autonomia financeira dos municípios e sua dependência de outras fontes de receitas para a manutenção de suas capacidades institucionais. Isso reforça a necessidade de priorizar políticas que fortaleçam a capacidade financeira dos municípios.

Gráfico 63 - Média de pontuações do indicador Geração de Receita Própria, segundo porte populacional dos municípios de Alagoas

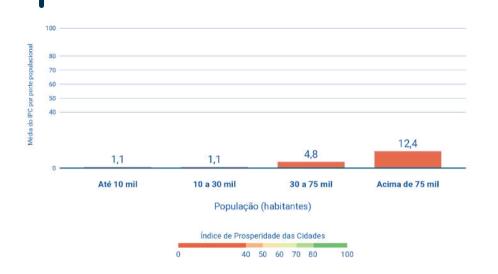
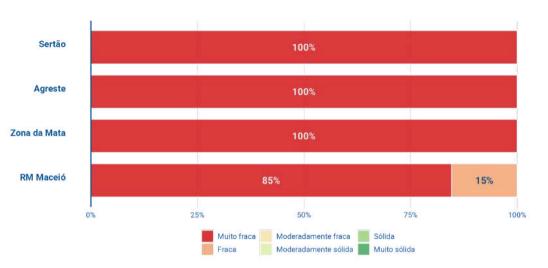


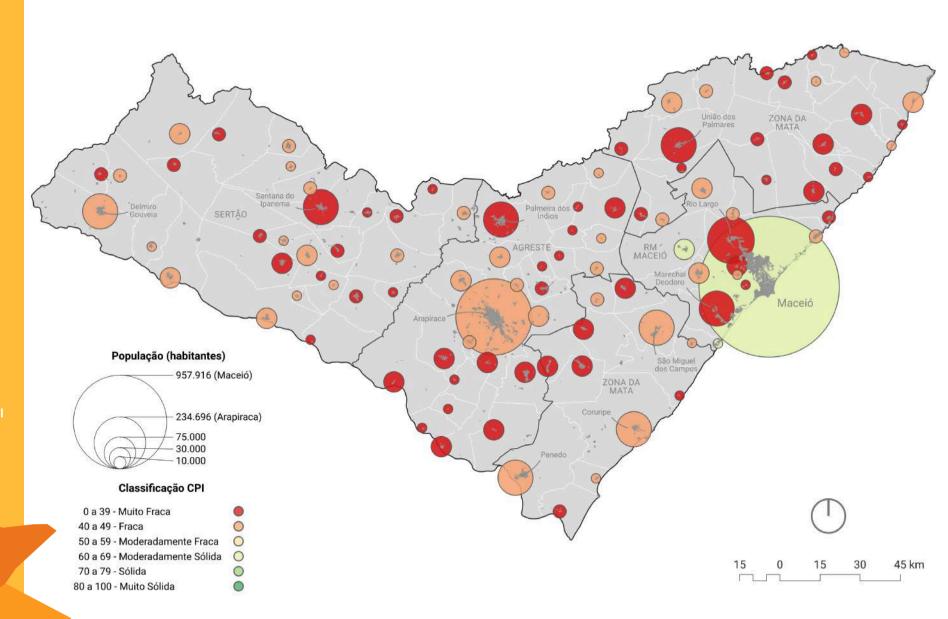
Gráfico 64 - Proporção de municípios de Alagoas, por regiões, segundo as categorias de desempenho do indicador Geração de Receita Própria



Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais

Mapa **28**

Pontuações da subdimensão Financiamento Municipa e Capacidades Institucionais segundo os municípios de Alagoas



Governança da Urbanização

A subdimensão Governança da Urbanização mensura a capacidade de avaliar os resultados da política de uso e ocupação do solo.

O indicador **Expansão Urbana** mede a relação entre a taxa de consumo de solo para a urbanização e a taxa de crescimento da população urbana. Seu objetivo é monitorar o crescimento da mancha urbana em relação ao da população, avaliando a capacidade de uma cidade para controle e ordenamento de seu crescimento.

Nessa subdimensão, o indicador obteve a pontuação máxima em todos os municípios, independentemente da região ou porte populacional, um desempenho muito sólido que indica a consolidação das políticas urbanas.

A pontuação máxima no período analisado (2010-2020) pode ser interpretada como um sinal de que o controle urbano municipal em relação à expansão do tecido urbano pode ter sido eficiente. Contudo, apenas estudos mais aprofundados sobre essa dimensão poderão comprovar se, de fato, houve um desenvolvimento urbano equilibrado e a preservação do meio ambiente em todo o estado.

Cabe ressaltar que esse indicador não retrata o adensamento urbano, ou seja, mesmo com a pontuação máxima no período analisado, algumas cidades podem ter uma baixa densidade residencial em uma configuração urbana dispersa e em desacordo com os princípios da urbanização sustentável.

Além disso, outros fatores podem ter contribuído para uma expansão urbana moderada no período, tais como as oscilações da economia no período e a descontinuidade de programas de financiamento habitacional, como o Programa Minha Casa Minha Vida.





Capítulo 4 PRINCIPAIS DESCOBERTAS

Neste capítulo, serão apresentadas as principais descobertas a partir dos resultados do IPC calculado para os 102 municípios de Alagoas. De forma geral, observou-se que é necessário um esforço de interiorização da política de desenvolvimento urbano por parte do estado, visto que, em termos territoriais, existe uma notável desigualdade entre os resultados das dimensões, quando analisadas regionalmente e por recortes populacionais.

Como exemplo, a capital Maceió, que concentra cerca de 30% da população do estado, é a cidade que recebe mais esforços para a prosperidade urbana, dado que apresenta o melhor desempenho no Índice Geral (61,76) e nas dimensões Infraestrutura para o Desenvolvimento (81,38) e Governança e Legislação (83,23), além de ocupar a 5ª posição em Sustentabilidade Ambiental (47,78) e a 8ª em Qualidade de Vida (70,05).

4.1. Fortalecimento e diversificação das economias municipais

As dimensões **Produtividade** e **Governança e Legislação** obtiveram resultados bastante distintos. Contudo, analisadas em conjunto, apresentam semelhanças relativas à necessidade de fortalecimento e diversificação das economias municipais, visando promover suas emancipações e o aumento das oportunidades para a população como um todo.

Na dimensão **Produtividade**, com desempenho moderadamente fraco (52,65), identificou-se que o setor público, em média, corresponde a 56,76% do PIB municipal, chegando a mais de 75% em alguns municípios, como Olivenca, Palestina e Pindoba.

Já a dimensão **Governança e Legislação**, mesmo com a maior média (66,53) e desempenho moderadamente sólido, ainda enfrenta desafios significativos, principalmente na subdimensão Financiamento Municipal e Capacidades Institucionais, na qual o indicador Geração de Receita Própria mostra que 92 municípios não atingiram o valor mínimo exigido e, portanto, não pontuaram.

De forma conjunta, esses resultados evidenciam o baixo desempenho dos setores de serviços e indústria, demonstrando que o desenvolvimento econômico municipal está fortemente vinculado ao funcionamento e investimentos do setor público.

Para enfrentar este desafio, recomenda-se incentivar a diversificação das atividades econômicas nos municípios, considerando as especificidades de cada região, além de adotar políticas de desenvolvimento regional para reduzir as desigualdades territoriais. Algumas possibilidades são: incentivos fiscais, estímulo ao empreendedorismo e inovação, facilitação de microcrédito, apoio aos setores com potencial de crescimento, além de investimentos em infraestrutura que atraiam novas empresas.

Promover a criação de zonas econômicas nessas regiões pode facilitar a inovação e a eficiência produtiva, além de priorizar investimentos em infraestrutura de transporte e logística para conectar os municípios e estimular o fluxo de mercadorias e pessoas trabalhadoras. Incentivar a geração de receita própria permitirá ainda o fortalecimento do planejamento de governos locais e impulsionará o monitoramento da informação urbana, contribuindo para avançar com a prosperidade nas cidades alagoanas.

A formação profissional também desempenha um papel importante na produtividade do estado. Políticas que incentivem a educação técnica e a qualificação da mão de obra local melhoram a empregabilidade, tornando a população trabalhadora mais preparada para atender às demandas do mercado. Investimentos em centros de formação e parcerias com instituições de ensino contribuem para aprimorar a capacitação e adequar as habilidades da população às necessidades das empresas.

Diante desse cenário, ao fortalecer a produtividade econômica e garantir a empregabilidade da população, os municípios poderão caminhar rumo a um futuro próspero e emancipatório, onde o crescimento sustentável e a qualidade de vida estendam-se para toda a população.

4.2. Sustentabilidade socioambiental como pilar de desenvolvimento

Os desafios na dimensão de **Sustentabilidade Ambiental** são diversos, referindo-se tanto ao acesso universal aos serviços de tratamento de esgoto e coleta domiciliar de resíduos, quanto à disponibilidade de ar puro de qualidade e a disponibilidade de energia limpa sustentável.

Neste sentido, garantir o fornecimento e a qualidade destes serviços deve ser compreendido não somente como parte de uma estratégia de proteção ambiental, mas como iniciativas de proteção à vida humana, além de gerar oportunidades de desenvolvimento socioeconômico.

Apesar do desempenho médio muito fraco nessa dimensão (33,06), o estado tem avançado com algumas iniciativas que visam enfrentar estes desafios. Entre elas, o fim dos lixões no estado, em 2018, marco de extrema importância para a destinação correta dos resíduos domésticos¹. Porém, a **coleta domiciliar do lixo** porta a porta ainda não atinge toda a população uniformemente e necessita da integração dos poderes públicos estadual e municipais para que o tema avance

A coleta domiciliar é um desafio ambiental, mas também urbano, social e de saúde pública, já que o descarte incorreto desses resíduos pode expor a população a contaminações diretas e indiretas, por exemplo, pela água de alagamentos agravados pelo acúmulo irregular de resíduos. Em 2021, essa exposição a doenças de veiculação hídrica acometeu quase 59 casos a cada 100 mil habitantes em Alagoas².

Embora o IPC não aborde a coleta seletiva, ela é parte relevante da política ambiental, especialmente no tema de limpeza de rios e oceanos, no contexto das mudanças climáticas. No Brasil, representa também uma política social, dado o alto número de pessoas que atuam como catadoras.

Essa cadeia produtiva é responsável por 90% da reciclagem no Brasil (Abrelpe, 2022), sendo um potencial a ser aproveitado e fortalecido em todo estado de Alagoas, a partir de políticas específicas para cooperativas de coleta e reciclagem, além de reconhecimento financeiro desses profissionais. Tais políticas impactam positivamente a economia, combatem a informalidade, melhoram a produtividade, geram renda e reduzem a desigualdade.

Já o indicador **Tratamento de Esgoto** teve o pior resultado nos municípios alagoanos, entre os indicadores que compõem a dimensão de Sustentabilidade Ambiental. Contudo, é importante ressaltar que estes dados são anteriores à concessão dos serviços de água e esgoto, realizada recentemente pelo Governo do Estado de Alagoas. Nesta iniciativa, foram pactuadas entre estado, municípios e empresas concessionárias metas de universalização destes serviços.

Para avançar com o enfrentamento destes desafios, fortalecer a regulação do setor é de suma importância para fiscalizar e garantir que as metas sejam cumpridas de forma efetiva, atendendo prioritariamente as populações mais vulnerabilizadas, como os assentamentos precários e as áreas periféricas dos municípios.

Por fim, sobre o tema de **Qualidade do Ar** é importante ressaltar que as medições de CO², mesmo que não representem os piores índices no estado, devem ser devidamente monitoradas, especialmente nos centros urbanos, regiões industriais e de produção agropecuária. O monitoramento da qualidade do ar é um esforço relevante para garantir uma saúde respiratória adequada à população, além de controlar a poluição do meio ambiente.

¹ Dado coletado na sistematização da Estratégia de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://visaoalagoas2030.al.gov.br/projetos/dados-e-informacoes/programas-estrategicos-de-alagoas

² Dado coletado do Observatório de Políticas Públicas de Alagoas. Disponível: https://observatorio.al.gov.br/?ods=3&paged=2

4.3. Inclusão social e econômica da juventude

Considerando que a inclusão social tem diversas facetas, identidades, regionalidades e especificidades, o IPC possui algumas subdimensões que perpassam esse tema e devem ser discutidas de modo que possam fomentar o desenvolvimento de políticas públicas com perspectivas diversas, porém integradas.

A subdimensão **Inclusão Social** demonstrou que nos maiores centros urbanos existem disparidades importantes a serem consideradas. Se por um lado, as cidades com mais de 75 mil habitantes, como Maceió, Arapiraca e Rio Largo, têm menos pessoas em condições de extrema pobreza, por outro lado, possuem significativas desigualdades sociais, indicando a alta concentração de renda em uma pequena faixa da população.

Somado a isso, houve um desempenho fraco relativo à **Taxa de Desocupação de Jovens**, especialmente na RMM e Zona da Mata, regiões com melhores desempenhos na subdimensão Poder Econômico. Este dado vai de encontro aos 36,6% dos jovens alagoanos entre 15 e 29 anos estavam sem estudo e sem trabalho em 2021, segunda pior colocação do país (IBGE, 2022).

A partir dessas evidências surgiu o "Programa de Desenvolvimento Integrado das Juventudes Alagoanas", implementado pelo Governo de Alagoas, que conta com diversas iniciativas voltadas para o trabalho, estudo e qualificação profissional desta faixa etária, além do Programa Digaê –Juventudes, Comunicação e Cidade, em parceria com o ONU-Habitat e focado nas juventudes das grotas de Maceió.

Iniciativas como essas são relevantes para modificar o quadro complexo da inclusão social, visto que ampliam o acesso de jovens ao mercado de trabalho, estimulam a geração de renda, diversificação da qualificação profissional, permanência nas escolas, e o empoderamento de suas identidades socioculturais.

Do mesmo modo, é fundamental estimular a geração de emprego e renda para as juventudes, incluindo-as na construção de políticas públicas que reflitam seus anseios e aspirações e estejam articulada às necessidades do mercado de trabalho, principalmente por meio de capacitação profissional e atração de investimentos para ampliar oportunidades.

Nesse caminho, os resultados da alfabetização evidenciam a necessidade de um olhar mais profundo e atento aos desafios da educação, que responda aos problemas e potencialidades atuais. Priorizar a educação como um pilar para a prosperidade urbana, focando em programas que melhorem a qualidade do ensino, para que seja atrativo e incentive a permanência dos estudantes na escola, é imprescindível para avançar nesse tema.



4.4. Planejamento territorial inclusivo

As dimensões de Produtividade, Infraestrutura para o Desenvolvimento e Qualidade de Vida, quando analisadas em conjunto, apontam para a necessidade de um planejamento governamental e territorial a partir do conhecimento das necessidades específicas das populações, dando prioridade às pessoas idosas, mulheres, bebês e crianças.

Na dimensão de **Qualidade de Vida**, as subdimensões de Saúde e Educação evidenciam pontos relevantes para o tema. Na Saúde, os municípios de Alagoas obtiveram desempenho moderadamente fraco. Na Educação, o indicador Taxa de Alfabetização é um ponto de atenção, especialmente em municípios do Sertão e Agreste, que alcançaram desempenho moderadamente fraco.

Na subdimensão Infraestrutura Social (dimensão Infraestrutura para o Desenvolvimento), merece destaque o indicador Densidade Médica, no qual identifica-se uma concentração destes profissionais e serviços nos grandes centros urbanos, com maior pontuação na RMM.

Em contraponto, as regiões Agreste e Sertão apresentam índices mais altos da Taxa de Dependência da Terceira Idade (subdimensão Carga Econômica da dimensão **Produtividade**), o que redobra a necessidade de investimentos na interiorização dos sistemas de saúde, para ampliar e melhorar o atendimento de toda a população. Esse panorama reforça também a **urgência de se priorizar políticas de primeira infância de forma transversal, permitindo que crianças, bebês e pessoas cuidadoras se desenvolvam integralmente.** Os investimentos em primeira infância são cada vez mais relevantes, considerando a sua capacidade de retorno³ e ruptura do ciclo de pobreza e desigualdade econômica.

Neste sentido, as ações para a **Primeira Infância**, implementadas pelo Governo do Estado desde 2015 e atualmente conduzidas pela Secretaria da Primeira Infância (Secria), devem fortalecer o seu caráter intersetorial, incidindo no desenvolvimento integral de bebês e crianças, a partir de políticas de assistência social e transferência de renda, educação, nutrição, saúde e proteção social. Com isto, essas ações poderão influenciar positivamente os resultados do IPC, de modo a equilibrar os índices entre regiões e municípios de Alagoas.

Acrescenta-se ao panorama citado, a necessidade de entender e adaptar as cidades de acordo com as necessidades da **população idosa**. Incluir essa população torna-se cada vez mais relevante, já que a população brasileira como um todo está envelhecendo e isso não é diferente em Alagoas, onde o Índice de Envelhecimento é de 39,3. Em 2010, este número era de 20,6, segundo o IBGE (2022).

Diante deste cenário, recomenda-se priorizar políticas que promovam uma relação saudável entre a população em idade produtiva e a população idosa, garantindo oportunidades de envelhecimento ativo. Para tanto, é preciso implementar programas e políticas que incentivem as pessoas idosas a se manterem engajadas e participativas na sociedade, visto que, além de trazer benefícios para a saúde física e mental, o envelhecimento ativo também contribui para a redução da dependência sobre a população em idade produtiva.

Considerar o planejamento das cidades sob diferentes perspectivas é uma orientação relevante para incluir efetivamente as populações vulnerabilizadas e pouco representadas nas decisões relacionadas ao desenvolvimento urbano, de modo que consigam ter suas necessidades atendidas e que, consequentemente, a sociedade como um todo possa prosperar. O envolvimento de pessoas idosas, mães, bebês e crianças no desenho das políticas urbanas é uma oportunidade para tornar as cidades mais acessíveis e inclusivas para todas as pessoas.

³ Pesquisa de Heckman e Carneiro (2003) concluiu que cada dólar investido na primeira infância gera um retorno de 7 a 10 dólares no futuro.



4.5. Melhoria das condições de infraestrutura social

Na dimensão **Infraestrutura para o Desenvolvimento** fica evidente que o desempenho moderadamente fraco (51,29) representa um desafio significativo para o estado.

Além da análise de cada indicador e subdimensão, deverão ser consideradas as necessidades de integração entres os poderes públicos municipal, estadual e federal para que a infraestrutura dos municípios consiga prover condições de vida adequada à população alagoana.

As três subdimensões Habitação, Tecnologia da Informação e Comunicação e Infraestrutura Social são aquelas que demandam maior atenção, pois tiveram desempenhos inferiores à média. No entanto Mobilidade Urbana e Forma Urbana também devem ser consideradas na criação e adaptação de políticas públicas já vigentes, principalmente na análise da necessidade de interiorização destas iniciativas.

Os resultados da subdimensão **Habitação** refletem a necessidade de atenção às habitações não duráveis, especialmente nas regiões Agreste e Sertão, onde há uma alta predominância de moradias precárias construídas com materiais como a taipa, por exemplo, que não oferecem condições adequadas para proteger seus habitantes das condições climáticas, tais como chuva, calor, frio e umidade.

Esse resultado, alinhado à maior predominância de pessoas sem acesso a água tratada nestas mesmas regiões, demostra a urgência de políticas de priorização de investimentos nessas áreas, mesmo dentre os investimentos já previstos junto às concessionárias de serviços de água e esgoto.

Já as regiões Agreste e Sertão também apresentam resultados inferiores na subdimensão **Tecnologia da Informação e Comunicação**, demonstrando a necessidade de esforços estruturantes e coletivos dos poderes públicos para mudar esse cenário.

Destaca-se que a dificuldade de acesso a serviços desse tipo coloca a população em desvantagem no acesso à educação, saúde, informação, oportunidades de trabalho e mobilização social, perpetuando os desequilíbrios regionais.

Democratizar o acesso à internet e fomentar a inclusão digital, como o trabalho realizado pelo OxeTech da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), é um exemplo de promoção da cidadania e dos direitos humanos, tanto em áreas urbanas como rurais.

Por fim, destaca-se que os municípios alagoanos apresentaram resultados desafiadores no indicador Mortalidade por Acidente de Trânsito (subdimensão **Mobilidade Urbana**), que devem ser cuidadosamente analisados, dado que o pior desempenho se deu nos municípios de maior porte populacional, no sentido contrário ao das demais subdimensões.

Tal resultado demonstra a necessidade de promover uma gestão do trânsito urbano orientada à redução do número de acidentes, a partir da priorização de políticas que incentivem a segurança no trânsito, o acalmamento do tráfego, a redução do uso de veículos particulares, a qualidade do transporte público e incentivo ao uso de modais ativos.

4.6. Fortalecer a segurança pública como política transversal

A subdimensão **Segurança Pública** apresenta desempenho moderadamente fraco na média das cidades alagoanas, apesar dos esforços já promovidos e resultados alcançados pelo estado nos últimos anos, o que indica outros desafios a serem superados.

Segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), nenhum dos 102 municípios alagoanos está entre as 50 cidades mais violentas do país. Maceió, que chegou a ser classificada como a mais violenta do Brasil, em 2015, e a 9ª em 2021, não está mais na lista.

Entre os fatores que podem ter influenciado essa mudança, destaca-se o investimento estadual na integração das forças policiais, além das políticas de interiorização e fortalecimento das estratégias de inteligência para prevenção de crimes⁴. Essas mudanças refletem que a área de Segurança Pública tem sido priorizada, contudo ainda são necessárias melhorias para que o índice de CVLI continue a cair progressivamente.

Além do fortalecimento das políticas já existentes, é necessário investir em políticas transversais como a inclusão dos fatores ambientais e sociais no planejamento urbano e de segurança pública. Diversas iniciativas podem ser exploradas como a requalificação de espaços públicos, planejados junto as populações mais vulnerabilizadas como mulheres, pessoas pretas e pardas, além da população residente nos centros urbanos.

O **Cidades 2030** (Programa de Apoio aos Municípios Alagoanos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável) e as **Oficinas Cidade Mulher**, ambos implementados pela parceria entre o Governo de Alagoas e o ONU-Habitat são exemplos desse tipo de iniciativa.

A construção de cidades mais seguras vai desde a força ostensiva e preditiva do estado até a forma convidativa dos espaços urbanos. Considerar esses fatores e a participação popular como parte integrante e determinante para a construção de políticas tem a capacidade de influenciar a segurança pública, mas também o sentimento de pertencimento da população.

⁴ Informações coletadas da sistematização da Estratégia de Segurança Pública do estado de Alagoas (2022). Disponível em: http://visaoalagoas2030.al.gov.br/projetos/dados-e-informacoes/programas-estrategicos-de-alagoas.





Capítulo 5 RECOMENDAÇÕES FINAIS

O Índice de Prosperidade das Cidades é uma importante ferramenta metodológica que pode apoiar a formulação de diversas iniciativas orientadas ao desenvolvimento urbano sustentável. O conjunto de recomendações propostas a seguir refletem um primeiro esforço de reflexão, para estimular a criação e/ou reformulação de políticas públicas que promovam uma prosperidade inclusiva e sustentável, de modo a não deixar ninguém e nenhum lugar para trás.

A incorporação do IPC na prática cotidiana de secretarias e órgãos públicos, tanto estaduais quanto municipais, poderá qualificar a ação pública à medida que novas análises venham a ser elaboradas, medindo o progresso atual e futuro das cidades com base em evidências voltadas para o desenvolvimento sustentável mais justo e equitativo.

Para tanto, é necessário que as ações sejam alinhadas e articuladas às múltiplas esferas de poder público, do setor privado e da sociedade civil, de modo a reverter o principal cenário desafiador descrito neste Relatório: grande parte da renda concentrada em poucos territórios, pessoas e atividades econômicas; indicadores sociais e econômicos muito baixos, e alta dependência do setor público.

Os esforços públicos devem ser orientados a interromper ciclos históricos de desigualdades que acentuam as diferenças e dificultam o crescimento de novos polos de desenvolvimento regional. Alagoas apresenta um patrimônio natural, histórico e cultural diversificado e abundante, cuja utilização racional e sustentável pode transformar essa trajetória de desenvolvimento.

Outro desafio que se coloca é o desenho e a implementação de novos modelos de desenvolvimento, que ampliem e adensem as potencialidades produtivas e inovativas locais, trabalhem com múltiplas escalas e articulem as dimensões territorial, econômica, social, cultural, ambiental e político-institucional sob um enfoque sistêmico, integrando prioridades, articulando interesses públicos e privados em políticas e projetos de curto, médio e longo prazo.

Tendo isso em vista, é importante considerar também o IPC como uma ferramenta prática para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 a nível local, seia estadual ou municipal.

Nesse sentido, são apresentadas a seguir recomendações de ações que priorizarem as principais descobertas do IPC, visando superar as desigualdades encontradas, especialmente as territoriais (Quadro 2).



Recomendações sobre a utilização do IPC

O IPC pode ser utilizado para a implementação de diversas políticas públicas territorializadas e baseadas em evidência. Contudo, as duas principais **recomendações** para a sua utilização são:

- Realizar novo cálculo do IPC após a divulgação dos dados censitários do IBGE 2022, pois poderão ser atualizados todos os denominadores de número de população e domicílios e os dados das favelas e comunidades urbanas; e
- Definir periodicidade de atualização para que o IPC possa ser utilizado como ferramenta contínua de monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais e estaduais.

Quadro 2 - Recomendações gerais segundo as dimensões do IPC

Produtividade	Fortalecer os polos regionais, a diversificação e a modernização industrial a partir das potencialidades de cada região.
	Desenvolver políticas públicas que estimulem a ampliação das oportunidades de geração de renda e a inserção das juventudes no mercado de trabalho.
	Diversificar as fontes de renda e da economia local, reduzindo a dependência de recursos públicos de outras esferas, para enfrentar o desemprego, a falta de oportunidades, e o êxodo para grandes centros.
	Ampliar área de cultivo e investir em tecnologia para a agricultura familiar, fortalecendo a assistência técnica e a capacitação profissional na região do Sertão.
	Ampliar o investimento para tornar as cidades alagoanas em cidades inteligentes, principalmente na Região Metropolitana de Maceió.
	Incentivar e ampliar a produtividade do setor informal.
Infraestrutura para o Desenvolvimento	Interiorizar o acesso a serviços de saúde nas regiões da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão, a partir, principalmente do investimento em programas da saúde da família.
	Investir em programas habitacionais, garantindo acesso à moradia adequada, principalmente nas favelas e comunidades urbanas de todas as regiões.
	Implantar infraestrutura de TIC, bem como programas de democratização de acesso, cursos técnicos, além de lugares de acesso livre e gratuito.
	Incentivar políticas de planejamento urbano que promovam um desenvolvimento mais ordenado e sustentável das cidades, principalmente nas regiões Zona da Mata e Agreste.
Qualidade de Vida	Melhorar a qualidade nos serviços básicos de saúde, investindo em programas de saúde da família e da população idosa, voltados para prevenção em todas as regiões.
	Criar espaços públicos com foco nas crianças e pessoas cuidadoras, além de espaços de convivência para pessoas idosas.
	Priorizar políticas de prevenção da violência, principalmente voltadas à mitigação das altas taxas de homicídios de jovens.
	Tornar as escolas espaços públicos atrativos e adaptados à realidade atual das juventudes, para combater a evasão.
	Criar mecanismos de busca ativa para identificação de pessoas não alfabetizadas.

Equidade e Inclusão Social	Fortalecer políticas de transferência e acesso à renda, com intuito de reduzir as taxas de pobreza e desigualdade.
	Investir em programas de melhorias habitacionais, tanto em áreas vulnerabilizadas de centros urbanos, bem como no interior do estado, especialmente nas regiões Agreste e do Sertão.
	Investir na capacitação profissional das juventudes voltada a novas áreas de investimento, incentivando a formação de mão de obra futura.
	Aumentar e diversificar a oferta de capacitação profissional, incluindo a juventude alagoana como protagonista no papel decisório.
	Ampliar as análises e estudos sobre equidade de gênero no estado, principalmente para as áreas de ensino superior, mercado de trabalho e segurança pública.
	Investir na capacitação e formalização de pessoas pertencentes ao setor informal da economia.
Sustentabilidade Ambiental	Fortalecer os mecanismos de cobrança e controle, como as agências reguladoras das concessionárias de água e esgoto no estado, para garantir a universalização dos serviços e a priorização do atendimento da população vulnerável.
	Garantir a coleta domiciliar porta a porta em todo o território alagoano, visando a proteção do meio ambiente e da população exposta a efeitos climáticos extremos, como alagamentos ou enchentes.
	Instituir em todo território alagoano a coleta seletiva, além de fortalecer a cadeia de reciclagem a partir do reconhecimento dos catadores como parte essencial.
	Promover a diversificação dos modais de transporte urbano, visando a melhoria da qualidade do ar e a segurança pública de pedestres, passageiros e motoristas.
	Promover a geração e fornecimento de energias renováveis, como solar e eólica, mitigando impactos socioambientais.
Governança e Legislação	Fortalecer a regulação do setor fiscal das cidades.
	Melhorar a disponibilidade e transparência dos dados públicos, especialmente nos municípios menores.
	Investir em planos de governo baseados em evidências, que prezem pela captação de recursos e atração de investimentos orientados ao fortalecimento do orçamento local.
	Promoção de parcerias com prefeituras e demais organizações para aprimoramento da gestão pública e desenvolvimento de planos locais voltados à melhoria da qualidade de vida nas cidades e no campo.
	Investir na diversificação de receitas em todo o território alagoano, a partir do reconhecimento das potencialidades e desafios de cada região.

referências bibliocaráficas



Alagoas. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Infraestrutura. Plano de Mobilidade Urbana - Produto 9A.3: Caracterização e diagnóstico da área de estudos e resultados das pesquisas. Maceió, 2014.

Alagoas. Governo do Estado. **Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas.** Organizado por Mauro Knupfer Coutinho e Luis Tadeu Assad. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil, 2017.

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil.** 2022. Disponível em: https://abrelpe.org.br/panorama/. Acesso em: 07 mai. 2024.

Confederação Nacional dos Municípios (CNM). **Como Melhorar a Arrecadação Municipal Sem Aumentar Impostos?.** Brasília: CNM, 2019. Disponível em: https://www.cnm.org.br/storage/biblioteca/documentos/Como%20melhorar%20a%20aumentar%20impostos%20(2019).pdf. Acesso em: 07 mai. 2024.

DATASUS. Informações de Saúde (TABNET) Demográficas e Socioeconômicas. 2019. Disponível em: https://datasus.saude.gov.br/demograficas-e-socioeconomicas/. Acesso em: 07 mai. 2024

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: jul. 2024

Habitat III. **Documentos Temáticos da Habitat III.** 11 – Espaço Público. 2015. Disponível em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/11-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico_final.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

Habitat III. **Policy Paper 5:** Municipal finance and local fiscal systems. 2016. Disponível em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/Habitat%20III%20Policy%20Paper%205.pdf. Acesso em: 07 mai. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: População e domicílios - primeiros resultados.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf. Acesso em: jul. 2024.

IBGE. Em 2021, país tinha 12,7 milhões de jovens que não estudavam nem estavam ocupados. 2022. Disponível em: <a href="https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-iovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados. Acesso em: 07 mai. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Outras formas de trabalho 2017. 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?edicao=20636&t=sobre. Acesso em: 07 mai. 2024.

IBGE. **Sistema de Contas Regionais: Brasil 2021.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102045_informativo.pdf. Acesso em: iul. 2024.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2018.** 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-. Acesso em: 07 mai, 2024.

INCRA. **Relatório de Análise de Mercados de Terras.** Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/copy_of_ramt_sr22_2018.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

Instituto Trata Brasil. Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento Brasileiro 2018. 2018. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio-Beneficios-do-saneamento-no-Brasil-04-12-2018.pdf. Acesso em: 07 mai. 2024.

Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2018:** Uma análise da situação de saúde e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas. Disponível em: saude_brasil_2018_analise_situacao_saude_doencas_agravos_cronicos_desafios_perspectivas.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

ONU-Habitat. Construcción de Ciudades más Equitativas, Políticas públicas para la inclusión en América Latina. 2014. Disponível em: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/489. Acesso em: 07 mai. 2024.

ONU-Habitat. **Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió.** Maceió: ONU-Habitat, 2019. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/seguranca-urbana-diagnosticos-e-estrategias-para-maceio. Acesso em: 28 mar. 2023.

ONU-Habitat. **Documentos Temáticos da Habitat III:** 8 – Desenho e planejamento urbano e espacial. Nova York, 2015. Disponível em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/8-Desenho-e-Planejamento-Urbano-e-Espacial_final.pdf. Acesso em: 07 mai. 2024.

ONU-Habitat, Nova Agenda Urbana, Assembleia Geral das Nacões Unidas (HABITAT III), Ouito, Equador, 2017.

ONU-Habitat. **Relatório Analítico do Índice de Prosperidade da cidade de Maceió.** Maceió: ONU-Habitat, 2019. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/indice-de-prosperidade-maceio. Acesso em: 28 mar. 2023.

ONU-Habitat, Reporte Nacional de Prosperidad Urbana en México, Índice de las ciudades prósperas (CPI), Ciudad de México, México, 2019.

ONU-Habitat. State of the World's Cities 2012/2013: Prosperity of Cities. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme. 2012.

ONU-Habitat. World Cities Report 2022: Envisaging the Future of Cities. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), 2022. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr_2022.pdf. Acesso em: jul. 2024.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2023.

PNUD; IPCA; Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal Brasieirol.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://onedrive.live.com/?guthkey=%21AGvg%2D0FawRuMMj4&id=124653557C0404EC%2123008&cid=124653557C0404EC&parId=root&parQt=sharedby&o=OneUp. Acesso em: 07 mai. 2024.

UN-HABITAT, State of the World's Cities 2012/2013: Prosperity of Cities, Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2012.

UN-Women. **Turning promises into action:** Gender equality in the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2018. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2018/2/gender-equality-in-the-2030-agenda-for-sustainable-development-2018. Acesso em: 28 mar. 2023.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Índice de prosperidade das cidades : 102 municípios de Alagoas. -- Maceió, AL : Cepal - Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas, 2024.

Bibliografia. ISBN 978-65-85884-12-9

1. Alagoas - Condições sociais 2. Cidades - Desenvolvimento 3. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 4. Políticas públicas - Alagoas (AL) 5. Prosperidade.

24-228791

CDD-307.76098135

Índices para catálogo sistemático:

 Alagoas : Cidades : Sociologia urbana 307.76098135

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Impressão: Imprensa Oficial Graciliano Ramos

Papel de capa: Triplex 250g

Papel de miolo: Offset 120g

Tipografia: Montserrat







Escaneie para sabel

Continue nos acompanhando!

- @onuhabitatbrasi
- **f** onuhabitatb
- 💟 @onuhabitatbı
- onuhabitatbrasi